



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1244/17	DATA: 05/09/2017	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 14h07min	TÉRMINO: 17h39min	PÁGINAS: 77

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ZILDA MARIA FARIA VELOSO - Diretora do Departamento de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos — DQAR, do Ministério do Meio Ambiente.
CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO - Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais — ABRELPE.
MÁRCIO FERNANDO QUINTINO - Diretor-Presidente da Associação Brasileira para a Gestão da Logística Reversa de Produtos de Iluminação — Reciclus.
VICTOR BICCA - Presidente da Compromisso Empresarial para Reciclagem — CEMPRE.
JOÃO CARLOS REDONDO - Diretor do Departamento de Sustentabilidade da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica — ABINEE.

SUMÁRIO

Debate acerca dos avanços e desafios da logística reversa.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção inaudível.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destinada a debater os avanços e desafios da logística reversa.

O requerimento para realização deste evento é de autoria do Deputado Carlos Gomes, que já se encontra aqui ao meu lado.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, podendo ser exibido posteriormente, na grade de programação da emissora.

Convido para ocupar a mesa a Sra. Zilda Maria Faria Veloso, Diretora do Departamento de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos — DQAR, do Ministério do Meio Ambiente. (*Palmas.*) Obrigado à Sra. Zilda por ter aceitado o convite.

Convido o Sr. Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais — ABRELPE. (*Palmas.*) Obrigado ao Sr. Carlos Alberto por ter atendido ao convite.

Convido o Sr. Márcio Fernando Quintino, Diretor-Presidente da Associação Brasileira para a Gestão da Logística Reversa de Produtos de Iluminação — Reciclus. Obrigado ao Sr. Márcio.

Convido o Sr. Victor Bicca, Presidente do Compromisso Empresarial para Reciclagem — CEMPRE. Obrigado ao Sr. Víctor por ter aceitado o convite.

Está para chegar daqui a pouco o Sr. João Carlos Redondo, Diretor de Sustentabilidade da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica — ABINEE.

Será concedida a cada convidado a palavra por 15 minutos, visto que, após as palestras, iniciaremos os debates. Desde já, agradeço e peço que cada convidado observe o tempo proposto para a sua exposição. Há um cronômetro à esquerda deste plenário, para orientá-los nesse sentido.

O Sr. João Carlos Redondo, Diretor de Sustentabilidade da ABINEE, chegou. Obrigado ao Sr. João Carlos.



Informo aos palestrantes, Parlamentares e demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo nesta audiência pública, por meio do portal e-Democracia, ferramenta interativa da Câmara dos Deputados. Servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos Parlamentares ao final do debate.

Aqueles que desejarem ter acesso à rede de Internet *wi-fi* podem retirar a senha na portaria desta Casa.

Informo que esta reunião está sendo gravada. Por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para as intervenções.

Peço ainda aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara dos Deputados publique as exposições e utilize as imagens para transmissão pela Internet e em programas da Casa.

Quero anunciar também a presença do Sr. Milton Favaro Júnior, da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Pneus — ABIDIP, e da Sra. Gabriela Ottmann, engenheira ambiental e técnica química da Ekosolo Engenharia Ambiental.

Sras. e Srs. Deputados e demais presentes, esta Comissão tem dedicado, nos últimos anos, cada vez mais espaço às questões relacionadas à gestão dos resíduos sólidos. Em julho deste ano, promovemos um debate sobre a situação das empresas de reciclagem de pneus no Brasil. Antes disso, em maio, foi realizada audiência pública sobre a compostagem de resíduos sólidos orgânicos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos acaba de completar 7 anos de vigência. Sancionada em 2 de agosto de 2010, a Lei nº 12.305 trouxe inovações relevantes à gestão de resíduos sólidos no País, privilegiando a visão sistêmica, na qual se consideram as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública.

Da forma como foi estruturada, a Lei foi capaz de agregar o que havia de mais atual e eficaz na gestão de resíduos, mesclando instrumentos de forma harmônica e equilibrada, tal qual se observa nos mais modernos sistemas de gestão. Reconhecidas práticas internacionais foram importadas e adaptadas ao arcabouço normativo brasileiro.



Em contraste com a modernidade da legislação, todavia, os dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais — ABRELPE indicam que 42% das quase 70 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos coletados anualmente no Brasil ainda têm como destino os lixões e aterros controlados.

A mudança desse cenário passa necessariamente pela efetiva implementação dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio dos quais se materializa a responsabilidade compartilhada. Esse princípio compreende um conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

Almeja-se, com a sua aplicação, minimizar o volume de resíduos e rejeitos gerados, bem como reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

Merece ênfase na responsabilidade compartilhada a logística reversa, que se traduz em instrumento de desenvolvimento econômico e social, no qual os resíduos sólidos retornam ao setor empresarial para reaproveitamento ou têm outra destinação final ambientalmente adequada.

Atualmente estão obrigados a estruturar e implementar sistema de logística reversa, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de agrotóxico e seus resíduos e embalagens, de pilhas e baterias, de pneus, de óleos lubrificantes e seus resíduos e embalagens, de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, de produtos eletrônicos e seus componentes.

Alguns desses setores já mostravam certa organização antes mesmo da publicação da Lei e vêm se aprimorando constantemente para dar as respostas exigidas pelo novo modelo.

No caso das embalagens de agrotóxicos, por exemplo, a obrigação teve origem na Lei nº 9.974, de 2000, e foi reforçada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em todo processo de logística reversa, a participação popular se mostra indispensável, seja como agente ativo no circuito, seja enquanto componente do



controle social. O engajamento da população é essencial à efetividade da Política, razão pela qual esta Comissão valoriza fortemente os espaços de diálogo sobre o assunto.

Nesse ensejo, abrimos agora o espaço aos ilustres palestrantes, que nos darão a honra de debater os avanços alcançados e os desafios ainda existentes na implementação da logística reversa.

Quero também ainda registrar a presença de Anuar Faiçal, do Recicla BR; Sérgio Camarini, Diretor-Adjunto do Instituto Nacional das Empresas de Preparação de Sucata Não Ferrosa e de Ferro e Aço — INESFA; Caio Ladocico de Faria Lima, Diretor de Assuntos Jurídicos e Institucionais do Sindicato das Empresas de Sucatas de Ferro e Aço — SINDINESFA; Elias Bueno, Secretário-Executivo do SINDINESFA; Clineu Nunes Alvarenga, Presidente do INESFA; Rafael Risso de Barros, Vice-Presidente do INESFA; Amauri Marques Junior, da Associação Nacional das Empresas de Reciclagem de Pneus e Artefatos de Borrachas — AREBOP; e José Carlos Arnaldi, também da AREBOP.

Passo, com muito orgulho, a palavra ao requerente, o Deputado Carlos Gomes, que é um militante da área. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES - Boa tarde a todos.

Eu quero, inicialmente, saudar o Presidente desta Comissão do Meio Ambiente, o meu colega Nilto Tatto, e também a Comissão por ter aprovado o nosso requerimento de audiência pública para tratar deste assunto.

Quero cumprimentar todos os debatedores, convidados que nos honram com suas presenças: Zilda Maria Faria Veloso, do Ministério do Meio Ambiente; Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, da ABRELPE; Márcio Fernando Quintino, Diretor-Presidente da Reciclus; Victor Bicca, do CEMPRE, sempre conosco *(riso)*; e João Carlos Redondo, Diretor de Sustentabilidade da ABINEE. Muito obrigado a todos.

Saúdo, por fim, todas as senhoras e os senhores aqui presentes, representantes de vários sindicatos e setores desta área tão importante que é a reciclagem no Brasil.

O intuito, o propósito de promover esta reunião de audiência pública é exatamente, Dra. Zilda, passar a limpo e ver como andam os acordos setoriais,



quem já os assinou e como anda a logística reversa. Queremos saber quais setores assinaram o acordo e estão funcionando bem, quais setores estão funcionando razoavelmente bem e quais setores não estão funcionando de maneira adequada, para que aqueles que não vão bem possam pegar a experiência daqueles que estão indo bem, conhecer o que fizeram e como fizeram para serem eficientes nesta logística reversa.

Queremos, evidentemente, promover a troca de experiências e atualizar as informações, porque sabemos que a logística reversa pode contribuir muito para o aumento da reciclagem dos resíduos sólidos. Como é do conhecimento de todos, os índices brasileiros ainda são muito acanhados e, por que não dizer, vergonhosos se comparados aos de tantos outros países que trabalham a questão da reciclagem.

Compartilho e partilho com os colegas que, na sexta-feira, fiz mais uma visita técnica a Israel, sobretudo à cidade de Jerusalém, onde visitei a planta da empresa que trabalha com a separação automatizada e pude verificar o que eles estão fazendo com os resíduos. Eles ainda não são aquela coisa que queríamos ver, mas, comparados ao Brasil, já estão mais avançados.

Portanto, nós precisamos sair desta reunião atualizados sobre o que fazer, como fazer e como rever — por que não? — alguns objetivos e algumas metas.

Quero agradecer a todos mais uma vez e desejar que tenhamos uma boa audiência. Vou me ater a falar menos, porque preciso ouvir mais.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Como teve início a Ordem do Dia, vamos ter que nos revezar aqui. Quando houver votação, vamos fazer um revezamento na presidência da reunião, vamos correr ao plenário para votar e depois voltamos aqui, para não correremos o risco de perder a votação.

Passo já a palavra à primeira expositora, a Sra. Zilda Maria Faria Veloso, Diretora do Departamento de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, do Ministério do Meio Ambiente.

A SRA. ZILDA MARIA FARIA VELOSO - Boa tarde a todos e a todas.

Gostaria de agradecer aos Deputados Nilto Tatto e Carlos Gomes pela oportunidade de estar aqui novamente. Cumprimento os meus colegas de Mesa, o Márcio Quintino, o João Carlos Redondo, o Carlos, da ABRELPE, e o Victor Bicca.



Quero dizer que o objetivo desta audiência não deixa de nobre: depois de 21 anos de discussão desse tema nesta Casa, nada mais justo do que estarmos aqui para, de certa forma, prestar contas de aonde conseguimos chegar até o momento, até porque a Política de Resíduos Sólidos é um instrumento muito especial, que materializa a responsabilidade encadeada e compartilhada do ciclo de vida dos produtos.

Eu procurei fazer uma apresentação atualizada. Como já estive aqui muitas vezes — não é, Deputado Carlos Gomes? —, tenho que atualizar o texto de vez em quando para que ele não fique repetitivo e também em respeito aos colegas da Mesa, com os quais já compartilhei Mesas similares em outros eventos.

(Segue-se exibição de imagens.)

O que motiva a logística reversa? Sempre pensamos num decreto, num acordo setorial e num termo de compromisso, pensamos que vamos ter uma caixa para coletar resíduos e que o setor empresarial vai precisar de uma estrutura para recebê-los. O que nos motiva — e o Deputado Carlos Gomes, especialmente, é um grande defensor da reciclagem — é retornar ao ciclo produtivo aquilo que está sendo descartado pelo consumidor, para que isso não seja simplesmente um ato do tipo: “*Eu joga fora, tem que ser tratado, tem que ser recuperado ou reciclado*”. Nós visamos realmente encaminhar todos os resíduos para recuperação e para reciclagem.

Outro aspecto motivador é compartilhar a responsabilidade pela gestão dos resíduos entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil — a sociedade civil também. Essa é uma lei que não criou nenhuma taxa específica. Então, o consumidor tem sua responsabilidade e vai pagar a mais pelo retorno do produto ao ciclo de vida.

Outro motivador é aumentar a eficiência. Nós temos uma lei que está inserida dentro da legislação ambiental. Portanto, ao aumentar a eficiência e possibilitar a poupança dos recursos naturais, estaremos lutando por um meio ambiente mais sustentável.

E, por fim, há o motivador de ampliar a oferta de produtos, que é uma segunda etapa.



Se formos ler os acordos setoriais, veremos que esses objetivos ainda não estão claramente definidos, visto que não era possível colocar tudo de uma vez só no texto dos instrumentos desses acordos.

Essa é uma pauta do Carlos e de todos nós. Mas gostamos de colocar que esse é um trabalho compartilhado com os Municípios, que têm obrigações constitucionais em relação à gestão de resíduos sólidos, seja na concessão de serviços, seja no recebimento e no direcionamento ambientalmente adequado dos resíduos.

Dessa forma, por ser a gestão dos resíduos de competência do Município, ele também tem que se preparar criando uma taxa específica para ela e tendo uma equipe para gerenciar os resíduos que são descartados pelo consumidor.

A logística reversa nada mais é do que uma proposta de desoneração de parte desses resíduos. Se nós formos pensar em termos de resíduos sólidos urbanos, a responsabilidade do Município é de aproximadamente 65%, e o restante são resíduos que entram para a logística reversa e saem da responsabilidade municipal.

Essa equação não é fácil e não é imediata. Mas a Lei traz uma série de passos a passos para que isso ocorra. Não basta simplesmente ligar para o setor empresarial e dizer o seguinte: *“Passe aqui para recolher produto eletroeletrônico, lâmpadas, pneus”*. A Lei requer que haja também uma articulação prévia.

Isto aqui é parte do conteúdo mínimo que tem que ter o plano de gerenciamento de resíduos sólidos do Município. Aqui podemos identificar o que é de responsabilidade objetiva do Município e o que não é. A Lei prevê que seja feito o diagnóstico da situação dos resíduos, contendo a caracterização deles, e a identificação dos grandes geradores.

Os grandes geradores vão ter que pagar um custo adicional, e não simplesmente uma taxa de IPTU. Vamos fazer uma comparação. Suponhamos que uma família de 5 pessoas more numa casa de 80 metros quadrados. Se, nesse mesmo local, houvesse um restaurante, sem sombra de dúvida a geração de resíduos seria completamente diferente, pois estariam passando por ali de 30 a 100 pessoas por dia.



A geração de resíduos é diferenciada. No entanto, hoje essa taxa é cobrada pela maioria dos Municípios em função do IPTU, que pode ter uma diferença entre residencial e comercial. Mas, sem sombra de dúvida, não é só a metragem que vai trazer o valor correto dessa taxa do lixo.

Mecanismos para a criação de fontes de negócio. Com isso o resíduo passa a ser encarado dentro do preceito que hoje chamam de “economia circular”, passa a ser um negócio economicamente rentável.

Descrição de formas e limites de participação do poder público na coleta seletiva e na logística reversa. Não basta cobrar só dos empresários, que estão aqui representados, que recolham os produtos sujeitos à logística reversa. O Município também tem que se preparar para essa solução.

Eu sou Conselheira do Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA, como representante do Ministério do Meio Ambiente. O Conselho aprovou, no último dia 23 de agosto, uma resolução sobre critérios ambientais para o processo de compostagem, que já foi objeto de uma audiência aqui, este ano, e cuja proposta vim apresentar. Essa resolução pretende que haja processos de compostagem que atendam critérios ambientais.

Hoje, mais de 50% dos resíduos sólidos gerados em residências são orgânicos e normalmente tratados como rejeitos. O processo de tratamento por meio da compostagem não é só um produto que se gera para ser vendido, ele significa um tratamento do resíduo. Esse resíduo pode até ser enterrado, sem virar necessariamente um composto, mas deixa de contaminar o solo, o ar e a água por ter passado por um processo de compostagem.

Vamos entrar na logística reversa especificamente. A Lei criou o Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa, que tem esta estrutura aqui. Ele é formado — para o bem ou para o mal, inclusive porque é difícil convocar uma reunião — por cinco Ministérios e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Dele fazem parte, além do Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Outros Ministros, dependendo do tema, eventualmente podem ser chamados para participar da reunião. Mas os que deliberam são estes cinco.



Abaixo do Comitê, existe um grupo técnico assessor coordenado pelo Diretor de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, cargo que ocupo hoje. Este grupo normalmente lidera os grupos técnicos temáticos que foram criados a partir de 2011, para poder ordenar os processos de logística reversa das cinco cadeias que foram aprovadas, o que vamos ver a seguir.

Compete ao Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa — CORI estabelecer a orientação estratégica da implementação de sistemas de logística reversa e definir a forma de realização da consulta pública relativa à proposta de implementação de sistemas de logística reversa.

A lei diz que os sistemas de logística reversa serão implementados e operacionalizados por meio de regulamento expedido pelo poder público — um decreto —; por termos de compromisso ou por acordos setoriais. Ora, quando a lei foi criada, o instrumento da logística reversa era algo novo. Ele é similar, mas não é igual à Responsabilidade Estendida do Produtor, que vemos em outros países. Então, a opção foi por acordos setoriais, que nos davam a oportunidade de negociar com o setor empresarial e com todos os envolvidos, de como iam se estruturar essas cadeias.

O Comitê também aprova deliberações, e já temos dez deliberações. A décima vai ser publicada nos próximos dias. Depois eu adianto uma parte do texto dela para os senhores. Ela foi aprovada pelo CORI recentemente, junto com uma consulta pública sobre a minuta de termo de compromisso para a implantação do sistema de logística reversa das embalagens de aço.

O Deputado Nilto Tatto já fez um histórico, o que me ajudou muito. Antes da Lei nº 12.305, de 2010, alguns instrumentos já vigoravam. Para embalagens de agrotóxicos, há uma lei de 1989 e a Lei nº 9.974, de 2000. Para óleos lubrificantes usados, existem resoluções do CONAMA desde 1993, e hoje está em vigor a Resolução CONAMA nº 362, de 2005. Para pilhas e baterias, também há regras desde 1999, e hoje está em vigor a Resolução CONAMA nº 401, de 2008, que foi revista. Para pneus, existe a Resolução nº 416, de 2009, e também a Resolução nº 258, de 1999, ambas do CONAMA. E qual é o nosso entendimento? É de que essas cadeias vão passar por um processo de revisão, mas, como já tinham uma estrutura mínima, continuaram em operação após a publicação da lei.



Em 2010, foram aprovados os sistemas de logística reversa de cinco cadeias — e agora vou apresentar um pouco a nossa prestação de contas —, sendo que três já tiveram acordo setorial assinado.

O acordo da cadeia de embalagens plásticas de óleos lubrificantes foi assinado em dezembro de 2012 e publicado em fevereiro de 2013, e também já há um relatório, o de 2013, aprovado e publicado no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos — SINIR. Os relatórios de 2014 e de 2015 estão em fase de ajuste até o momento e devem ser publicados no próximo mês.

O acordo da cadeia de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista foi assinado em 2014, mas existiu um condicionamento, que agora já cessou — o Márcio vai falar sobre isso. Mais de 90% das lâmpadas colocadas no mercado são importadas, por isso, necessitávamos fazer um controle prévio da importação. Esse controle hoje, dentro do Governo Federal, é operacionalizado pelo INMETRO, com a cooperação do IBAMA. Então, o acordo passou a vigorar quando o controle da importação se tornou efetivo, e isso ocorreu no ano passado.

O acordo quanto a embalagens em geral foi assinado em novembro de 2015 e publicado em seguida. O primeiro relatório foi apresentado no início deste ano, e o Ministério do Meio Ambiente solicitou ao setor alguns ajustes. Estamos aguardando o retorno do texto completo para podermos dar publicidade a ele na nossa página na Internet.

Para eletroeletrônicos e medicamentos ainda não há acordo setorial assinado.

Para eletroeletrônicos, dez propostas foram recebidas até junho de 2013, quando o edital de chamamento de propostas ficou disponível, e quatro foram consideradas válidas para negociação. Foi recebida uma proposta unificada em janeiro de 2014, mas com ela veio também a apresentação de alguns condicionantes para a assinatura do acordo. Alguns deles eram, por exemplo: a taxa da contribuição para a logística reversa estar visível em notas fiscais; haver um regulamento técnico sobre a não periculosidade do resíduo para fins de descarte e recolhimento primário, ou seja, os pontos de coleta não serem considerados pontos de recolhimento de resíduos perigosos, e outras questões já pacificadas. Acho que o Redondo depois detalhará um pouco mais o assunto. A próxima etapa seria a



consulta pública. E temos esperança de conseguir ainda publicar a regulamentação na forma de acordo setorial.

Quanto aos medicamentos, nós recebemos três propostas até abril de 2014. Ao fazermos a primeira reunião de negociação, também nos foi apresentada uma série de condicionantes, nem todas dizendo respeito à área ambiental. E a negociação com a cadeia de medicamentos enfrenta hoje uma estagnação. Diante disso, o Ministério do Meio Ambiente tomou para si a tarefa de apresentar uma proposta de decreto, que está tramitando dentro do órgão, para regulamentar essa cadeia.

Trago aqui alguns dados, mas acho que vou deixar o comentário sobre eles para os meus colegas de mesa. Os próximos slides apresentam um resumo da situação de cada uma dessas cadeias, mostrando informações sobre o acordo ou sobre o estudo que balizou o edital de chamamento de propostas.

Então, em relação à meta quantitativa da cadeia de embalagens em geral, o acordo diz respeito às embalagens e não à fração seca dos resíduos sólidos urbanos. Estima-se que as embalagens correspondam a 70% da fração seca, ou seja, aproximadamente 35% do que é gerado pelos Municípios — a fração seca representa mais ou menos a metade dos resíduos, sendo que a outra metade é a fração úmida.

O que se pretende é uma redução de 22% na quantidade de embalagens, o que representa em torno de 3.815 toneladas por dia, e a instalação de Pontos de Entrega Voluntária — PEVs em pelo menos em 12 capitais, que estão sinalizadas no anexo do acordo.

As ações previstas na Fase 1 são detalhadas aqui: adequação e ampliação da capacidade produtiva das cooperativas; viabilização da estruturação dessas cooperativas; ações de capacitação de catadores; e fortalecimento de uma parceria entre indústria e comércio para triplicar e consolidar os PEVs, de que já se tratava.

Aqui estão os números. Já descobri que um deles está errado, não é, Victor? Não são mais 20 associações, já são 23 no total. Estes números têm que ser atualizados. Estas são as 12 capitais onde se dará a primeira fase do acordo, e é apresentada porcentagem do que cada uma representa em termos de Brasil.



Já este gráfico mostra a situação das metas de recolhimento e a coleta de recicláveis, isso dentro do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, o que representa isso hoje.

Vou passar os eslaides rapidamente porque eu não vou conseguir detalhá-los como gostaria.

Sobre o potencial de economia para o Município, o que significa o potencial custo evitado da logística reversa com aterramentos, temos 139.247.500 milhões de reais. E os 609 milhões de reais representam o custo estimado, também com os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, que é coordenado pelo Ministério das Cidades.

Sobre as metas estruturantes, em 24 meses por acordo, são 438 cooperativas apoiadas com 645 pontos de entrega voluntária.

E como apresentar os desafios para o Brasil inteiro? Essa não é uma tarefa muito fácil. Como podemos incorporar outras iniciativas? Como incorporar o reuso, no caso das embalagens? Há o problema com o vidro, que também não assina a proposta, mas estamos correndo atrás de um acordo.

Já vou concluir, Deputado.

Temos estimativa de pontos de entrega de lâmpadas. Todos os acordos têm metas quantitativas e metas estruturantes: quantitativas, em relação ao produto que eles vão recolher, isso está claro no texto do acordo; estruturantes são as disponibilidades de pontos de recolhimento dessas embalagens, onde o consumidor possa entregá-las.

Há uma lógica desses produtos, à exceção de embalagens, que pode haver um arranjo local, quer dizer, todas podem ter, mas as embalagens são mais visíveis porque as descartamos diariamente em casa. A respeito dos outros, a ideia é o consumidor levar até a algum lugar o produto a ser descartado.

No eslaide, há também um *link* que remete ao texto do acordo e metas.

Não constam dessa relação os Municípios com menos de 25 mil habitantes. A ideia é, talvez, mais adiante, se fazer uma coleta sazonal nessas localidades.

Há aí algumas estimativas, mas eu vou passar os eslaides mais rapidamente para não prejudicar os outros apresentadores.



Esse é o aporte inicial de estimativa de pontos de entrega para o ano 1, que já estão sendo inaugurados. O Márcio vai trazer esses números detalhadamente.

Esse seria o crescimento dos pontos de coleta em relação à população, que é a linha que perpassa as colunas do gráfico de barras.

E, em relação às cadeias que estão em vigor, eu trouxe alguns números. A respeito do óleo lubrificante, nós já temos resolução do CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente desde 1993. Em 2014, foram coletados 445 milhões de litros. Eu tenho 18 empresas recicladoras no Brasil, e esse é um mercado econômico. O óleo básico volta ao mercado, ele é recolhido e refinado. Há 29 empresas coletoras.

A respeito de pilhas e baterias, existem quase 1.300 pontos de coleta e um total, desde 2010, de 12 mil toneladas recolhidas.

Quanto a embalagens de óleo lubrificante, desde 2005, começamos com um projeto decorrente da resolução de óleos lubrificantes e já temos 19.600 toneladas recolhidas.

A respeito de lâmpadas fluorescentes, temos uma estimativa, uma meta de recolhimento, de 54 milhões de unidades. Ainda não temos esse número plenamente indicado — o acordo é mais recente.

Embalagens de agrotóxicos e pneus já são casos mais antigos. Hoje a indústria de agrotóxicos recicla mais de 90% das embalagens colocadas no mercado. Em relação a pneus, há no Brasil mais de 1.500 pontos de coleta e uma entidade gestora, que é a RECICLANIP, e, no caso da embalagem de agrotóxicos, é a INPEV.

Há também os acordos em negociação. E aí eu finalizo, para não tomar conta do espaço.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Sra. Zilda.

Passo a palavra agora ao Sr. Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, que é Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais — ABRELPE, por 15 minutos.

O SR. CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO - Obrigado, Presidente. Quero parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência pública, assim como



parabenizo o Deputado Carlos Gomes. E peço permissão para fazer a apresentação. *(Pausa.)*

(Segue-se exibição de imagens.)

Boa tarde, senhoras e senhores. Eu represento a ABRELPE — Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais.

Nós acreditamos que um ponto prévio às discussões, à operacionalização e à própria questão da celebração dos acordos setoriais para a logística reversa passa necessariamente por um conhecimento mais amplo da situação da gestão de resíduos sólidos no Brasil. Por isso, desde 2003, a ABRELPE publica anualmente o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, um documento anual que traz as informações mais atualizadas sobre o cenário dos resíduos sólidos no País.

Na quinta-feira da semana passada, nós lançamos a edição mais recente. E, atendendo a um pedido especial do Deputado Carlos Gomes, vamos apresentar, em primeira mão, pois foi feito apenas um lançamento interno para os associados da ABRELPE, esses dados do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, referentes ao ano de 2016, que são justamente os mais recentes.

Para quem ainda não o conhece, o Panorama já é um importante documento referencial de informações do setor e tem servido para orientar as melhores práticas, para apresentar a situação da gestão de resíduos no País e também para ser um importante norte nas discussões que permeiam o setor.

Em termos de resíduos sólidos urbanos, o Panorama de 2016 chegou à quantidade total de 78,3 milhões de toneladas geradas no Brasil no ano passado. Essa quantidade representa uma queda de 2% em relação ao ano de 2015. Pela primeira vez, desde que publicamos o Panorama em 2003, ele apresenta uma redução na quantidade de resíduos gerados no País. Trata-se não só de uma redução no total gerado, mas também de uma redução de 3% na geração *per capita* — redução na quantidade gerada por habitante/dia —, chegando a 1 quilo e 40 gramas na média nacional.

Em termos de coleta dos resíduos sólidos urbanos, tivemos no Brasil uma coleta total de 71,3 milhões de toneladas, também com uma redução da quantidade de resíduos coletados em 2015, o que mostra que ainda existem 7 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos no Brasil que sequer são coletadas. Isso



implica que 18 milhões e 400 mil brasileiros não têm ainda serviço de coleta porta a porta nas suas residências, nos seus domicílios.

O índice de cobertura de coleta permanece, para o País, nessa faixa de 91%, mas podemos ver que existe uma grande disparidade entre, de um lado, as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e, de outro, as Regiões Norte e Nordeste, onde a cobertura de coleta ainda está na faixa dos 80%.

O Panorama também levanta, junto aos Municípios — e os dados são levantados através de pesquisa direta feita nos Municípios —, os locais onde existe iniciativa de coleta seletiva. E aí nós percebemos que praticamente não houve mudança no cenário de 2016 em relação ao de 2015. Então, 69% das cidades afirmam possuírem iniciativas de coleta seletiva, mas 30% respondem ao questionário dizendo que não têm nenhum tipo de iniciativa de coleta seletiva, ou seja, não têm coleta seletiva porta a porta, não têm PEV — Ponto de Entrega Voluntária, não têm parceria com cooperativa de catadores. Enfim, não há iniciativa de coleta seletiva em 30% das cidades brasileiras, o que traz diretamente uma sobrecarga, um impacto nas unidades de destinação final. Se não conseguimos desviar do fluxo de resíduos sólidos urbanos que vão para os sistemas de limpeza urbana praticamente nenhum percentual de resíduos sólidos, ou um percentual muito irrisório, como disse o Deputado Carlos Gomes na sua fala inicial, todo o grande volume acaba indo para as unidades de destinação final.

E o que nós percebemos, de 2015 para 2016, foi uma piora nesse cenário, uma piora proporcional na questão da destinação adequada de resíduos sólidos e no volume que segue para unidades inadequadas. Nós ainda temos 81 mil toneladas por dia com destino inadequado no Brasil indo para lixão e para aterro controlado, o que traz um impacto direto na saúde de 78 milhões de pessoas. São 78 milhões de brasileiros expostos diariamente à contaminação do solo, à poluição do ar, à contaminação da água e dos recursos hídricos em geral causados justamente pela destinação inadequada de resíduos sólidos.

Percebemos também, de 2015 para 2016, um retrocesso em relação ao número de Municípios que fazem uso de lixões. Havia 1.552 Municípios que faziam uso de lixões em 2015 e registramos 1.559 em 2016. Então, Municípios que já



havam deixado de fazer uso do lixão voltaram a encaminhar, em 2016, os materiais para essa que é a pior forma de destinação.

Além dos resíduos sólidos urbanos, nós levantamos nessa pesquisa municipal a quantidade de resíduos de construção e demolição, que são gerenciados pelas Prefeituras, lembrando que esse volume é só uma parcela daquele entulho que justamente acaba abandonado nas vias públicas, nas calçadas, em terrenos baldios, e por cuja coleta a Prefeitura, de alguma forma, fica responsável, chegando a 45,1 milhões de toneladas no ano de 2016.

Há também a questão dos resíduos dos serviços de saúde. Em várias unidades de prestação de atendimento à saúde de vários Municípios, temos esse serviço prestado diretamente pelas Prefeituras. No ano de 2016, foram 256.238 toneladas de resíduos de serviço de saúde coletadas pelos Municípios.

Então, se somarmos os dados de 2016 relativamente a resíduos sólidos urbanos, a resíduos de construção e de demolição e a resíduos de saúde que ficaram a cargo das Prefeituras brasileiras, chegaremos a um total de 117 milhões de toneladas de resíduos. Só para os senhores terem ideia, isso daria para encher 1.400 estádios do Maracanã da base até o topo com resíduos sólidos durante 1 ano.

Portanto, isso acaba tendo um impacto direto na gestão desses serviços municipais pelas Prefeituras, mas principalmente nos orçamentos municipais, que hoje são impactados pela necessidade de gerenciar, de coletar, de transportar e de destinar 117 milhões de toneladas de resíduos por ano, com um custo limitadíssimo de R\$ 9,92 por habitante por mês. Isso indica uma redução no valor que era aplicado em 2015 e no que foi aplicado em 2016. Então, se o dinheiro já era pouco em 2015, em 2016 passou a ser menos ainda: são R\$ 9,92 por habitante por mês para cobrir toda essa gama de serviços públicos de limpeza urbana que temos à nossa disposição diariamente, como coleta, transporte, varrição de rua, limpeza de parque, limpeza de praia nos Municípios litorâneos, poda de árvore, enfim, tudo aquilo que os Municípios acabam tendo que executar no âmbito da limpeza urbana.

Para termos uma ideia, com R\$9,92, não conseguimos comprar meio Big Mac. Isto é só para fazer uma comparação: com o que as Prefeituras investem do seu orçamento para custear todos os serviços de limpeza urbana, nós não



conseguimos comprar meio Big Mac, o que mostra realmente a grande insuficiência desses recursos.

Além da redução dos recursos aplicados no setor de 2015 para 2016, também houve um corte no número de empregos diretos gerados pelo setor de quase 6%. E, apesar de ainda ser um dos setores que mais emprega, com 335 mil postos de trabalho, percebemos que realmente a crise que afetou praticamente todas as indústrias também afetou o setor de gestão de resíduos sólidos.

Em termos de logística reversa e reciclagem, o Panorama traz informações de programas já consolidados e em andamento que têm dados publicados e disponíveis nas diversas fontes de consulta. Então, trazemos elementos sobre a logística reversa de embalagens de agrotóxicos, sua evolução de 2010 até 2016, com os dados disponíveis, a questão da logística reversa de embalagens de óleo lubrificante, também com sua evolução de 2008 até 2016, e a logística reversa de pneus, cujos dados até 2016 são também disponibilizados.

Com os números trazidos pelo Panorama, os quais representam o cenário de 2016, chegamos à constatação de que a Política Nacional de Resíduos Sólidos, apesar de vigente desde 2010, ainda carece de aplicação prática em diversos pontos. Nós temos uma lei que completou 7 anos e que ainda patina para ser colocada em prática. A crise econômica trouxe um retrocesso em toda a cadeia de gestão de resíduos sólidos. À primeira vista, nós poderíamos comemorar a redução na geração de resíduos, afinal, esse é o primeiro mandamento da ordem de prioridade de ações da lei. Porém, essa redução na geração não foi fruto de consciência, não foi fruto de trabalho com esse intuito, mas, sim, consequência de uma crise econômica que afetou o poder aquisitivo da população com menor consumo e, portanto, com o menor descarte de materiais.

O que nós percebemos ainda como grande deficiência desse sistema de gestão de resíduos no Brasil é que o descarte e a destinação de resíduos sólidos ainda imperam em todo o País de maneira fácil e barata. Então, hoje, quem precisa descartar certo volume de resíduo de construção e demolição, porque fez uma pequena reforma na sua casa, simplesmente joga na calçada ou no terreno baldio em frente; quem precisa se livrar de um sofá o joga no meio do rio — vemos praticamente todas as semanas cenas de sofás em rios. Enfim, uma série de



materiais é descartada com essa facilidade, até o ponto máximo em que 1.559 Prefeituras fazem uso de lixões para depositar a totalidade de resíduos sólidos urbanos coletados nas suas cidades.

O meio ambiente e a saúde de 96 milhões de pessoas continuam em risco. Há hoje 78 milhões de brasileiros que sofrem os impactos diários da destinação inadequada de resíduos sólidos e mais 18 milhões de brasileiros que sequer têm coleta de resíduo sólido urbano porta a porta.

Com uma análise geral de todos esses dados, percebemos que a consciência e o engajamento ambiental de todos os atores ainda são superficiais. A lei não aponta nenhum ator específico para nenhuma tarefa, digamos, individualizada da lei. Nós estamos aqui numa audiência pública cujo tema é logística reversa, que, nos termos da lei, diz que existe parcela de responsabilidade e obrigação para o cidadão/consumidor, existe parcela de responsabilidade e obrigação para o poder público, existe parcela de responsabilidade para a indústria justamente no conceito da responsabilidade compartilhada. Mas o que percebemos nesse retrocesso dos dados do Panorama de 2015 para 2016 é que justamente nenhum dos elos dessa cadeia está engajado e proativo para cumprir plenamente a sua responsabilidade e tirar a lei do papel.

Os recursos, já insuficientes, tiveram redução maior em 2016. E nós chegamos à conclusão, depois de uma pesquisa de *benchmarking* internacional, que a remuneração feita pelos usuários é um ponto indispensável para se reverter esse quadro verificado atualmente e para se tirar a Política Nacional de Resíduos Sólidos do papel. Não existe nenhum sistema de gestão de resíduos sólidos avançado hoje funcionando no mundo que não tenha base na remuneração pelos usuários.

Então, este é um tema que precisamos tratar de maneira muito clara, muito transparente, sem viés ideológico, para colocá-lo em pauta o mais urgentemente possível. Caso contrário, daqui a 7 anos ou 10 anos, vamos ainda estar pensando em como tirar a Política Nacional de Resíduos Sólidos do papel.

Muito obrigado e estou à disposição para esclarecer qualquer dúvida.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Carlos.



Gostaria de registrar a presença do Deputado Augusto Carvalho, do Distrito Federal, dos Srs. Ronei Alves da Silva e Alex Pereira dos Santos, do Movimento Nacional de Catadores, e da Aline Souza, Presidente da Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal — CENTCOOP.

Passo a palavra agora ao Márcio Fernando Quintino, Diretor-Presidente da Reciclus, que é a Associação Brasileira para Gestão da Logística Reversa de Produtos de Iluminação.

O SR. MÁRCIO FERNANDO QUINTINO - Boa tarde a todos. Deputados Nilto Tatto e Carlos Gomes, obrigado pelo convite à Reciclus. Vou fazer a minha apresentação de pé.

(Segue-se exibição de imagens.)

Boa tarde, senhoras e senhores. Em nome da Reciclus, agradecemos a oportunidade de compartilhar um pouco com todos o que nós temos feito em relação à logística reversa das lâmpadas contendo mercúrio.

De solução à desafio. As lâmpadas contendo mercúrio economizam energia e possuem uma característica ambiental muito forte, em termos de redução — hoje já existem LEDs mais econômicos ainda —, mas, por outro lado, seu descarte adequado tornou-se um desafio. As lâmpadas devem conter pequena quantidade de mercúrio para funcionar e necessitam de coleta adequada e tratamento final específico. Então, era necessário, como a própria política nacional de resíduos sólidos estabeleceu — e as lâmpadas estavam ali —, que nós montássemos um sistema para operar isso de maneira ambientalmente adequada.

Não vou falar sobre a criação do grupo de trabalho, discussão e definição do acordo setorial, consulta pública e aprovação do CORI, porque a Zilda já comentou sobre isso. Por fim, com relação à assinatura do acordo setorial, eu e a Zilda estávamos na gênese da logística reversa de lâmpadas e conseguimos fazer finalmente com que ele fosse assinado no final de 2014 e publicado no início de 2015.

Nesse ponto, surgiu a Reciclus. Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, fundada por 19 importadores e fabricantes de lâmpadas.

Queria fazer apenas uma correção em relação à informação que a Zilda nos passou. Hoje 100% das lâmpadas contendo mercúrio são importadas. Então,



basicamente é uma cadeia que lida com importação. Não há fabricação local. A última indústria infelizmente encerrou seus trabalhos no ano passado.

O objetivo da associação era criar um modelo autossustentável, que permitisse sua durabilidade ao longo de muito tempo, com o objetivo principal de envolver toda a sociedade em um grande esforço para se coletar e destinar adequadamente os produtos.

Então, há a participação do comércio e do consumidor, que é muito importante, como os colegas já disseram. A participação do consumidor, ao levar o produto aos pontos de entrega, é fundamental para que o sistema funcione, para que dê certo. Há também as participações do Governo, com a questão legal; do reciclador e obviamente dos fabricantes e importadores. E ali no centro está a associação chamada Reciclus.

Como já foi mencionado aqui, há um cronograma. No primeiro ano, como a Zilda também já disse, a previsão é se cobrirem 33 Municípios — essa é a nossa estimativa — chegando, em 5 anos, a quase 600 Municípios, cobrindo aproximadamente 80% da população.

Esse modelo é um programa desafiador. Sabemos as dimensões do Brasil, que há a questão da logística, enfim, toda a diversidade que o nosso País inclui. Então, é esse desafio e esse planejamento que nós estimamos e que fazem parte do acordo setorial.

Não vou explicar obviamente esse fluxo, porque ele é bem complexo, mas ele objetiva mostrar que existe um sistema — e não foi uma invenção nossa, apesar de ser inovador do Brasil —, que é um modelo que levou em consideração modelos aplicados em outros países do mundo, principalmente na Europa. Ali há um fluxo dos consumidores, dos distribuidores, dos produtores e importadores, dos pontos de coleta, de consolidação, etc. E há fluxos de informação, financeiros, contratuais, de produtos. Então, trata-se de uma cadeia complexa. Pode parecer simples colocar um coletor no lugar, porque alguém vai lá, recolhe, destina e acabou.

Como também já foi dito, para que seja feito esse processo, há um custo, o Eco Valor, de aproximadamente 40 centavos. Então, para cada lâmpada colocada no mercado, esse importador aporta 40 centavos à Associação, que cria esse fundo para poder gerenciar toda essa logística reversa. O custo de reciclagem de uma



lâmpada hoje é maior do que o custo de fabricação de uma lâmpada fluorescente compacta ou tubular, que é trazida da China. Então, mais do que uma questão ambiental, a logística reversa de lâmpadas é uma questão econômica. Era necessário que se criasse esse sistema, e por isso foi estabelecido dessa forma.

Nesse ponto, nós temos aqui o primeiro item — *Status de Implementação Reciclus* —, ou seja, o que temos feito na Reciclus nesse primeiro ano. Há o controle da importação, uma Resolução CONMETRO, que foi fundamental para se garantir a isonomia no mercado. Então, para cada importador, no momento em que ele importar uma lâmpada, ele precisa comprovar a conformidade com a logística reversa e com o acordo setorial. Então, naquele momento, ele torna-se isonômico no mercado, quanto à questão da importação e da comercialização de lâmpadas, e ele se associa à Reciclus — no caso, hoje é a Reciclus —, e a Reciclus vai operar esse sistema no mercado.

Hoje somos 66 associados, praticamente, eu diria, quase 100% do mercado. É sempre difícil falar que se cumpriram os 100%, mas imaginamos que quase 100% das empresas são associados à Reciclus.

Há a participação do comércio, o contato com as FECOMÉRCiOs estaduais, com a CNC — a Cristiane está aqui presente também —, que liderou essa discussão durante os anos em que temos atuado, e contribuiu também nesse processo. Há vários trabalhos que são feitos, aos quais eu não vou me ater aqui. Vou mostrar alguns resultados que temos obtido até agora.

No primeiro ano, nós temos o objetivo de atingir 33 Municípios. Já atingimos 15 Municípios. Pode parecer pouco, mas houve um esforço enorme, gigantesco, para conseguir fazer isso. São 15 Municípios espalhados. Começamos por São Paulo e já atingimos cerca de 96 pontos de entrega implementados no Brasil. Então, foi feito um esforço. Temos o *site reciclus.org.br*. Os colegas podem acessar e verificar o que nós temos feito. Também estamos precisando de atualização no *site*, mas estamos caminhando firme para termos um modelo bem estruturado.

Nesta imagem vemos alguns parceiros do comércio, como eu disse: Carrefour, Conibase, Extra, entre outros tantos que estão chegando para se tornarem parceiros da Reciclus e implantarem esses pontos de entrega. Esses



pontos de entrega estão no varejo. Como foi dito, o consumidor precisa ter isso disponível para que ele possa descartar suas lâmpadas de maneira adequada.

Nós trabalhamos com o comércio também uma questão de vantagens. Não é só mais trabalho. Às vezes o comércio pode dizer: *“Vou ter um coletor aqui. Tenho que assinar um contrato; tenho que fazer uma área; tenho que pôr algum funcionário de tempos em tempos para ver se esse coletor está cheio; tenho que acessar um sistema on-line e reportar para que se programe uma coleta”*. Mas há vantagens para o varejo: o coletor não representa — entre aspas — um “custo direto”, já está no custo do produto; ele faz aumentar o tráfego no ponto de venda; o estabelecimento ganha maior relevância frente à comunidade. Enfim, a instalação do coletor representa algumas vantagens interessantes para o comércio. Por isso nós as apresentamos quando entramos em negociação com o varejo.

No primeiro ano, há 18 Municípios onde eles ainda serão implementados, em Minas Gerais, na Bahia, no Rio de Janeiro. Já os temos instalados também em outros locais. Então, também está no nosso planejamento termos, ainda este ano, pelo menos um ponto de coleta em cada um desses Municípios, atingindo os 33 que estão previstos para o primeiro ano.

O coletor pode parecer simples — *“Ah, temos que desenvolver um coletor”* —, mas, além de usar todas as experiências que trouxemos de algumas empresas multinacionais, que trouxemos da Europa, referentes aos tipos de coletores de vários países, nós tivemos que desenvolver algumas coisas locais, o que foi um trabalho de engenharia. O coletor deve ser facilmente acessível para o consumidor. Um consumidor de altura mediana, por exemplo, não poderá usar um coletor muito mais alto que ele, senão não vai conseguir descartar — vai precisar de um banquinho. Então, é difícil. Teremos que trabalhar isso também. Uma lâmpada fluorescente tubular tem um certo tamanho.

Outro ponto relevante é a questão da quebra, quer dizer, nós precisamos garantir índices de quebra muito baixos, porque podem afetar sensivelmente o local com emissão de mercúrio, o que ninguém quer.

E, aqui embaixo, em azul, está a rastreabilidade do resíduo. O coletor é fechado, lacrado, tem o seu código, e isso torna possível rastreá-lo em toda a cadeia, de onde ele parte até o seu destino final.



E, ali, eu apresento alguns resultados interessantes. Digo ao colega da ABRELPE que ainda não estamos em seu relatório, mas vamos chegar. Nós já tivemos índices de quebra muito baixos, abaixo de 0,2%, sendo que os padrões internacionais na casa de 1%. Então, nós estamos bem. Conseguimos um total de coletas de mais de 3 toneladas, em 8 meses, e cerca de 38 mil lâmpadas fluorescentes, compactas e tubulares, coletadas. Esse resultado pode parecer pequeno, Zilda, mas para nós é uma vitória conseguirmos chegar a isso aí.

Outro ponto muito importante do acordo setorial é a questão da comunicação, de maneira geral e extensiva para o Brasil. Nós estamos com uma campanha de divulgação grande a ser iniciada agora em setembro, com várias mídias, plataforma digital, rádio, mídia exterior, jornal. Então, vamos fazer um grande esforço dentro da comunicação, não só com o consumidor pessoa física, mas também com empresas. E isso cria aquele esforço e aquela informação generalizada, para que se descarte adequadamente o produto. Acreditamos que isso é fundamental e, como eu disse, está no acordo setorial também.

Há um cronograma da campanha. E nos próximos 2 meses nós devemos ter um resultado que os senhores devem começar a ver. Solicitamos ao Governo, solicitamos também à Câmara que, se possível, abram espaço, para que possamos comunicar e para de alguma forma entrem também na comunicação da Reciclus, no sentido de destinar as lâmpadas adequadamente.

Aqui está um exemplo de um *outdoor*. Nas praças e nos Municípios onde isso for possível, nós vamos colocar esse outdoor, com os seguintes dizeres: “*Reciclagem de lâmpadas fluorescentes — indispensável como a luz*”. Então, da mesma forma que nós buscamos a luz, e luz é fundamental, precisamos no final da vida descartar de maneira fundamental também adequadamente.

E, por fim, vou citar alguns obstáculos. Estou encerrando a minha apresentação e quero deixar para os colegas, para os Deputados e para o Governo esse ponto: alguns obstáculos que, se superarmos, conseguiremos avançar mais rápido nessa implementação.

O primeiro é uma preocupação do comércio em relação às questões legais que envolvam a adesão ao programa. Como eu disse, pode parecer simples, mas no



momento que se vai aderir há uma preocupação. Do ponto de vista legal, que tipo de responsabilidade ele vai ter? Até onde vai a minha responsabilidade?

Então, tivemos que negociar muito — nós apresentamos contrato. A Cristiane, da CNC, tem ajudado bastante. Mas essa é uma discussão que precisamos equacionar melhor com o comércio, porque ter um ponto de coleta leva certa insegurança jurídica ao varejo.

O segundo ponto muito importante é a questão da dispensa de licença de instalação. Vamos às Secretarias de Meio Ambiente e solicitamos esse ponto de coleta, um coletor que vai receber uma lâmpada praticamente da mesma que se vende nova. Percebemos também, pela característica inovadora e pioneira do sistema, uma dúvida das Secretarias de Meio Ambiente: “*Forneço? Não forneço? Peço mais dados?*” Às vezes, demora essa negociação, e isso atrasa também o processo de implementação.

Há necessidade de simplificação dos documentos de transporte. Podemos imaginar a questão de notas fiscais que temos de emitir de um ponto a outro — o ponto de coleta e o ponto de entrega têm que emitir uma nota fiscal. Há também a questão do caminhão que vai fazer o transporte. Enfrentamos uma burocracia. Já estamos trabalhando em algumas Secretarias de Fazenda nos Estados para simplificar isso, mas precisamos de ajuda. Estamos aqui também dizendo que precisamos de ajuda para poder agilizar esse processo.

Por fim, não menos importante é a necessidade de desoneração da cadeia de logística reversa. Transportar resíduo não representa valor. No caso de uma lâmpada, há custo para descartá-la e ela não pode ter incidência tributária como se fosse uma lâmpada nova. Parece meio óbvio esse raciocínio, mas temos enfrentado isso também.

Então, deixamos com os colegas esses pontos, que entendemos, nós da Reciclus, fundamentais para avançarmos de maneira mais rápida na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do acordo setorial.

Obrigado.

Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Márcio.



Passo a palavra agora para o Victor Bicca, Presidente da CEMPRE — Compromisso Empresarial para Reciclagem.

O SR. VICTOR BICCA - Boa tarde, Deputado Nilto Tatto, Deputado Carlos Gomes, Deputado Augusto Carvalho. Eu queria cumprimentá-los pela discussão, pela audiência pública de tema tão importante, com Casa cheia terça-feira à tarde. No passado, resíduos, Deputados, não era tema tão popular assim; hoje, ele desperta um grande interesse.

Boa tarde aos meus colegas de Mesa. Eu queria cumprimentar o Carlos e, por seu intermédio, todos os outros colegas e parabenizá-lo pelo lançamento de mais um Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil. Só quem milita no setor de resíduos sólidos sabe a dificuldade que é ter dados desse setor, porque existe uma grande informalidade, existem diversos atores, então isso é muito difícil.

E, muitas vezes, dependendo do critério que se usa, tem-se um resultado ou outro. O Carlos falou de alguns dados. Há dados recentes, Deputado Carlos Gomes. No seminário que houve recentemente, o Ministério das Cidades falou em 3 mil lixões e, aqui, falamos em 1.500.

E tudo depende do ponto de vista, Deputado Augusto Carvalho. Se olharmos a questão pelo lado da área do Ministério do Meio Ambiente que cuida de produção e consumo sustentáveis, a redução do lixo gerado é uma vitória; se a olharmos pelo outro lado, a redução do lixo gerado é um sinal de alerta. Então, tudo depende do ponto de vista.

Eu queria cumprimentar meus colegas catadores, na presença do Ronei, da Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis — ANCAT; os colegas da Coalizão — aqui estão o Miguel e o Renault —, que sabem do esforço e do comprometimento deste grupo com relação à discussão de resíduos sólidos.

Quero cumprimentar o grande número de representantes do setor de sucateiros, fundamentais para toda essa discussão de logística reversa, que tem de ser tratada de uma maneira diferente, mas até hoje isso não ocorreu. Então, quero cumprimentar todos vocês, que são um elo importante dessa cadeia, até chegarmos lá no final, ao reciclador.

(Segue-se exibição de imagens.)



Eu represento o CEMPRE, uma entidade fundada há 25 anos, cujo objetivo foi sempre o de estimular a reciclagem no País. Ela é responsável pela publicação do *Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado*, que, durante muitos anos, foi a bíblia dos Municípios com relação à gestão de resíduos. Estamos lançando uma versão atualizada, para comemorar os 25 anos.

O CEMPRE, nessa jornada toda, deu uma contribuição grande na formação de catadores, no desenvolvimento dos modelos de cooperativa e de reciclagem de tipos de embalagem e agora, mais recentemente, na questão do acordo setorial.

Desde que a lei foi aprovada, em 2010, temos trabalhado num viés de coordenadores técnicos de parte do setor empresarial. Essa lei representa um marco grande justamente para países em desenvolvimento, porque traz as questões de princípio da responsabilidade compartilhada, como tratar a realidade de um país de dimensões continentais como o Brasil e com diferentes regiões.

A gente procurou juntar um grupo de empresas e setores para participar voluntariamente dessa discussão. Como a Zilda citou no começo, alguns setores tinham uma logística reversa obrigatória, por conta da Política Nacional de Resíduos, outros foram definidos pelos conselhos regionais — COREs ou pela viabilidade técnica e econômica, como é o caso das embalagens em geral.

Então, um grupo de empresas e setores, coordenados tecnicamente pelo CEMPRE, resolveu assumir esse desafio de forma voluntária e aderiu à discussão do acordo setorial.

Eu vou passar por isso rapidamente aqui. Mas essa é uma jornada longa, ocorrida em atendimento a todos os requisitos legais que tanto a Política Nacional de Resíduos como o decreto estabeleceram para a assinatura do acordo setorial. Houve o edital do chamamento, houve o estudo de viabilidade técnica e econômica, houve uma proposta.

Então, desde 2011, esse trabalho vem sendo feito por esses setores, o que é inédito. No mundo todo, não existe um grupo formado por indústrias de embalagens e varejo que tenha se unido para efetivamente fazer uma proposta de logística reversa.

Estivemos, por quase 2 anos, discutindo qual seria a proposta mais adequada à realidade brasileira de embalagens, itens que são descartados de forma difusa,



sem qualquer tipo de controle e rastreabilidade. Arrisco-me a dizer que há milhares de tipos de embalagens.

Há outros acordos setoriais ou segmentos que têm a logística reversa, como o do agrotóxico, que se sabe inclusive quem comprou e se pode ver se foi descartado corretamente, ou o de lâmpadas, pilhas, baterias e pneus, que são resíduos que, de uma forma ou de outra, se podem rastrear e ver onde estão. Mas, diferentemente, isso é impossível com as embalagens de uma forma geral, que, ao se descartam na rua e não têm rastreabilidade, Deputado, não se sabe quem fez isso. E a quantidade dos tipos de embalagens torna esse desafio ainda mais complexo possível.

Dentro desse contexto, nós trabalhamos junto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA e com uma consultoria e fizemos uma proposta que foi apresentada à Ministra do Meio Ambiente na ocasião, em 2012. Nessa proposta, a gente estava contemplando os diversos sistemas do setor empresarial que existiam no Brasil e juntando tudo isso debaixo de um guarda-chuva, que a gente chamou de Coalizão, de apoio a cooperativas e pontos de entrega voluntário — PEVs. Procuramos seguir o viés social que a Política Nacional de Resíduos deu a essa legislação.

Como falei, a gente tinha alguns desafios estruturantes, já citados pela Zilda: triplicar o número de cooperativas nas 12 cidades-sede da Copa, que foi o escopo do edital apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente; triplicar o número de PEVs; e, de forma complementar, efetivamente garantir um retorno grande de embalagens que estavam vindo pelo aterro.

Para mim, o mais importante da discussão é este modelo aqui, que mostra como é feito o nosso caminho, o nosso sistema de reciclagem no Brasil. Como vocês podem ver, existem dois fluxos. O primeiro fluxo é o oficial, que até o Carlos citou, com os dados do panorama de resíduos sólidos brasileiros. Esse fluxo passa do consumidor para as prefeituras, algumas delas com o apoio de cooperativas. Grande parte desse material, como o Carlos mostrou, vai para os lixões, para os aterros controlados ou, muitas vezes, para os aterros sanitários — que não deveriam receber resíduos, mas somente rejeitos.



A maior parte das cidades brasileiras não coleta de forma seletiva, coleta tudo junto. O Carlos apresentou um dado aqui que mostra que 65% das cidades brasileiras dizem que têm coleta seletiva. O CEMPRE faz, há muitas décadas, uma pesquisa chamada Ciclosoft. A última, feita no ano passado, identificou que somente 1.500 Municípios tinham algum tipo de coleta seletiva.

Se pegarmos a cidade de São Paulo, por exemplo, vão dizer que lá existe 80% de abrangência de coleta seletiva. Mas, quando se calcula isso em peso, a cidade de São Paulo não tem nem 5% de abrangência. O desafio do Prefeito Haddad, na gestão passada, era chegar a 12% de coleta seletiva em peso, mas não chegou nem a 5% na cidade.

Então, hoje existe este primeiro fluxo, que descarrega os resíduos de forma inadequada, nos chamados lixões.

Embaixo está um fluxo informal, que é o fluxo dos catadores e das cooperativas, que vão ao lixão, ao aterro sanitário. Aqui em Brasília, a gente tem o exemplo, Deputado, do lixão da Estrutural, onde todo esse material é coletado, entra na cadeia, passa pelos sucateiros e aparistas e, lá no final, é reciclado.

Corrigindo a Zilda, digo que, diferentemente, o Brasil hoje, na fração seca, deve ter — eu estava falando com o Carlos aqui — em torno de 40, pouco mais ou pouco menos, de porcentagem de embalagens.

O reciclador, o último elo, é o único local no Brasil de que dispomos para efetivamente medir o que é reciclado, porque não existem outros dados concretos e consistentes na cadeia. Nesse último elo, o Brasil recicla, Deputado Carlos, 65% das embalagens em média.

O senhor falou de outros exemplos, como o de Israel. Vamos pegar as embalagens PET, que são um resíduo de bastante visibilidade. Ontem inclusive, passou na *Globo News* um programa sobre embalagens PET. O Brasil já chegou a reciclar quase 60% das embalagens PET. Este ano, o número caiu um pouquinho por conta a situação econômica. Os Estados Unidos, a maior economia do mundo, não reciclam 30%, eles reciclam 26% a 27%; o Japão já recicla 70%, por conta efetivamente das condições de educação e da situação econômica do país.

Então, quando vemos o Brasil com um índice médio de reciclagem mecânica de 65%, quase 66%, eu acho que reciclamos muito. Está aqui o Renault, que



representa a ABRALATAS. A gente recicla 98% das latas de alumínio. Ou seja, é um grande resultado comparado com outros países.

Então, efetivamente, esse é um modelo de sucesso e foi o modelo que a Coalizão Embalagens escolheu para fortalecer e fazer a sua logística reversa.

Em 2014, a proposta foi aprovada pelo Governo. Como falou a Zilda, ela foi aprovada por cinco Ministérios e foi submetida a uma consulta pública, em que todo o País pôde fazer sugestões e críticas. Se não me engano, foi o acordo setorial que recebeu mais sugestões, mais de mil. Ou seja, houve muitas sugestões. E, em novembro de 2015, o acordo foi assinado.

A Ministra Izabella falou, na ocasião, que esse era o acordo possível. A gente está caminhando. A lei ficou 20 anos aqui nesta Casa, Deputado Nilto Tatto, para ser aprovada. Então, a gente vai evoluir, e são reuniões como esta que fazem com que possamos aperfeiçoar os modelos e encontrar soluções.

Portanto, esse modelo foi o possível. E a gente está indo efetivamente bem, apesar da crise econômica e dos ataques que esse modelo vem sofrendo constantemente.

A gente tem uma meta total de desvio de 22% das embalagens que iam para o aterro para a reciclagem. Isso vai representar mais ou menos 20% de aumento da reciclagem no País.

Entregamos os primeiros resultados. Faço questão de mostrar aqui estas fotos dos ministros que se sucederam nos últimos governos, porque constantemente temos ido ao Ministério do Meio Ambiente prestar satisfação e explicação do trabalho que vimos desenvolvendo.

Deputado Carlos, sobre as metas estruturantes, como a Zilda mostrou, a gente tinha uma meta de apoiar 438 cooperativas no final do acordo setorial. No primeiro ano, já apoiávamos 718 cooperativas. Aqui no Distrito Federal, Deputado, a gente apoia mais de 30 cooperativas. Então, são números realmente grandes, principalmente considerando uma região pequena como Brasília.

Na questão dos PEVs, a gente chegou a 2.112 PEVs, enquanto a meta era de 645. Estes aí são PEVs geralmente colocados em supermercados, mas existem outros tipos.



Qual é a razão dos PEVs? Eu vinha falando aqui com o Carlos que, como muitas vezes a prefeitura não chega com a coleta seletiva à casa das pessoas, elas têm condições de ir ao PEV e descartar corretamente a sua embalagem. Então, esses pontos são importantíssimos.

Quando a gente pega o mapa de PEVs e cooperativas, vemos que estão espalhados pelo Brasil em muito mais locais do que as 12 cidades-sede, que eram o escopo inicial do acordo setorial.

Isto aqui é a abrangência: 51% da população brasileira estão atendidos por algum tipo de iniciativa da Coalizão Embalagens. E a gente agora, este mês, lançou mais um dos compromissos do acordo setorial, que foi a campanha educativa para o consumidor. Desde o Acerte na Lata, que o Ministério do Meio Ambiente promoveu em 2011 e 2012, nenhum outro tipo de campanha havia sido programado no Brasil. Isso foi feito junto com a ONU Meio Ambiente, na área de produção e consumo, mostrando o reconhecimento internacional do trabalho que está sendo feito no Brasil pelas empresas e pelo Ministério do Meio Ambiente, e que foi aprovado nesta Casa.

Eu pretendia passar um vídeo rapidamente, mas não vai ser possível, porque o som não está funcionando.

Essa campanha é para ser um guarda-chuva. Diversas empresas e setores já aderiram a ela, para que estimular a separação em casa, que é primeiro elo da cadeia da reciclagem, como o Carlos disse há pouco. Nós, como consumidores, como cidadãos, temos que separar o lixo em casa, mas ninguém explica como se faz isso. Então, a ideia é criar um guarda-chuva para, junto com a ONU, fazermos com que a população possa participar.

Vou mostrar quatro pontos importantes para enfrentarmos os desafios da logística reversa. O primeiro deles é estender a obrigatoriedade dos compromissos da logística reversa para todos os setores e empresas. A Coalizão Embalagens representa menos do que 50% das empresas e setores que produzem, utilizam ou vendem embalagens no Brasil. Ouvimos muito aqui que temos que evoluir, que temos que melhorar. Essa matéria da *Folha de S.Paulo* mostra donas de casa levando embalagens de leite à empresa e perguntando: “O que fazemos com as embalagens?” A empresa lhes respondeu: “Vão ao SINDILEITE”. Quando chegaram



ao sindicato do leite, foi-lhes dito: *“Não sabemos. Isso é problema da Prefeitura”*. Nada foi feito!

Nós temos que trazer essa responsabilidade para todos os setores urgentemente. A Zilda citou o vidro, e eu escutei que o setor do aço talvez tenha assinado agora um acordo setorial ou um termo de compromisso. Isso seria ótimo, porque diversos setores ainda estão escondidos. Diversas empresas estão escondidas. Por isso, todos os ataques são feitos a esse grupo de empresas que voluntariamente assumiu o compromisso de mudar o setor de reciclagem e logística reversa no Brasil. Pedimos urgentemente que o Ministério do Meio Ambiente tome uma providência, e é bom que isso esteja sendo registrado, Deputado Carlos, Deputado Nilto e Deputado Augusto. No fim, somos responsáveis por todo um setor, mas grande parte das empresas está escondida atrás do nosso acordo setorial. Isso não pode continuar. Para que a logística reversa possa avançar, esse problema tem que ser resolvido.

O segundo ponto é desonerar a cadeia da produção. Ouvimos o Márcio falar que a Coca-Cola tem fábricas de reciclagem de PET, que são feitas garrafas com PET reciclado no mundo todo. No Brasil, é impossível fazer isso com uma embalagem de PET, porque ela vai sair 30% mais cara — ou até mais — do que uma embalagem nova. Hoje, com o preço do petróleo lá embaixo, não se consegue fazer isso. Se esta Casa não atentar para a desoneração dessa cadeia produtiva, a reciclagem não tem chance. O alumínio hoje tem uma reciclagem de 80% e, mesmo sem a desoneração, ela consegue ser competitiva, mas outros materiais talvez não sejam. Precisamos atacar esse ponto, senão a reciclagem nunca vai ser competitiva no Brasil. Se não pudermos comprar, ter taxas e impostos diferenciados, ela não vai ser competitiva.

O terceiro ponto tem a ver com o setor reciclador — estou vendo aqui diversos sucateiros. O Brasil não tem uma política nacional para o setor reciclador. As questões da coleta e da demanda têm que andar juntas. Não adianta ampliar a coleta de uma maneira absurda sem haver quem queira o material, assim como é um absurdo o contrário, haver muita gente querendo e não haver oferta. O trabalho dentro do setor reciclador é fundamental. O Governo tem que ter uma política nacional para o setor reciclador, senão não vai ser possível avançar na reciclagem,



porque vamos focar todos os esforços na coleta e não vai haver quem queira esse material. É fundamental que o País tenha uma política nacional para esse setor. Sem isso, hoje o material está sendo coletado e mandado para fora do Brasil. Ele está sendo reciclado em outros países, onde há escala. Estamos exportando sucata.

Por fim, Deputado Nilto Tatto, cito o ponto mais importante, do qual alguns dos meus antecessores falaram. Não adianta querer jogar responsabilidade para um ou para outro. Como o Carlos falou, nós temos que trabalhar a integração desses segmentos todos, de todos os elos da cadeia da reciclagem e da logística reversa: o consumidor, a Prefeitura com a coleta seletiva, as empresas dentro desse modelo de cooperativa em que elas estão apostando. A integração é fundamental. Não é possível dizer que quem vai ter que pagar a conta é Fulano ou Beltrano. Essa conta vai ter que ser paga por todo mundo junto, e vamos ter uma oportunidade de determinar isso agora.

Está acabando a primeira fase do acordo setorial, mas vamos discutir isso novamente. Eu gostaria de registrar que duas coisas vão acontecer. A primeira coisa é que vai haver um desengajamento enorme das empresas que estão nessa primeira fase. Elas estão vendo diversas outras empresas sem qualquer tipo de compromisso passar livres, enquanto elas estão tendo que assumir todas as responsabilidades, sofrendo até ação civil pública. As que não estão fazendo nada não têm qualquer tipo de preocupação com isso. A segunda coisa é que vamos perder a oportunidade de ter engajado nesse desafio um grande número de empresas do setor que produz, usa e vende embalagens. Não temos isso no mundo todo.

Deputado, nós falamos que existem diversos modelos no mundo. Tenho certeza de que o de Israel está procurando focar as realidades e as oportunidades daquele país. O Brasil é muito maior do que Israel, é muito maior do que a Europa, que tem o chamado Ponto Verde, é muito maior do que os Estados Unidos, que têm outros sistemas. Os sistemas são muito vinculados a questões locais e peculiaridades da população. Na nossa realidade, há uma diversidade enorme e uma diferença grande por região.

Então, vamos aproveitar essa primeira fase, vamos fortalecer esse acordo e vamos trabalhar as oportunidades de aperfeiçoamento do sistema de logística



reversa. Há 7 anos, esta Casa teve a coragem de aprovar uma lei para podermos seguir com isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Victor Bicca.

Passo a palavra agora para o João Carlos Redondo, Diretor do Departamento de Sustentabilidade da ABINEE — Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.

O SR. JOÃO CARLOS REDONDO - Boa tarde a todos.

Quero agradecer a oportunidade e reforçar as palavras do Márcio de que realmente evoluímos muito nesses anos todos. É muito prazeroso estarmos aqui, com a Casa cheia, falando de meio ambiente e de questões ambientais.

Eu trabalho há 17 anos com meio ambiente, com questões ambientais. Há 17 anos, éramos considerados abraçadores de árvores. Quando chegávamos às empresas para falar de projetos de meio ambiente — coisas simples, como reciclagem —, o pessoal dizia assim: *“Lá vem o chato do negócio de reciclagem, o cara que é descolado dos negócios da empresa, o cara que não sabe falar de outra coisa que não sejam resíduos e tudo mais”*.

E eu tive o prazer de desenvolver, em 2003, o primeiro projeto de reciclagem de computadores no Brasil, na empresa em que trabalhei na época, quando conseguimos reciclar 100% de um computador, com zero resíduo. Esse projeto evoluiu e teve alguns aprimoramentos. Compartilhamos essa tecnologia com a Universidade de São Paulo, que nos ajudou a aprimorar esse procedimento. Depois, em 2013, eu encerrei as atividades da empresa, mas esse projeto permanece vivo dentro da universidade, gerando pesquisas e uma série de materiais nesse sentido.

Percebemos o quanto esse assunto tem impactado as empresas, em termos de custo, de responsabilidade e de *compliance*, porque a lei tornou obrigatório aquilo que era voluntário no início de 2000. Então, nesses últimos 7 anos nós percorremos uma estrada que tem sido um aprendizado para empresas e para a sociedade, em relação a pensar no bem comum. Muitas vezes, é difícil pensar no bem comum.

Vou lhes dar um exemplo. Em 2010, quando da publicação da Lei nº 12.305 e do Decreto nº 7.404, em dezembro, o Presidente da associação que reúne as assistências técnicas do Brasil relatou que mais do que quintuplicou a quantidade de



produtos levados às assistências técnicas no Brasil inteiro, por um motivo simples: a instituição da responsabilidade compartilhada. Quando o consumidor percebeu que ele teria “custo” — entre aspas — ou responsabilidade no descarte do produto, como aquele que estava em sua casa encostado, com um vaso de flores em cima, ele levou o produto à assistência técnica, pediu um orçamento e nunca mais voltou para buscá-lo. Ou seja, ele transformou uma relação de descarte em uma relação de consumo. Por mais que as assistências técnicas autorizadas quisessem descartar aquele produto e notificassem o consumidor de que iriam fazer isso, o consumidor não voltou para buscar o que era seu. Claro que isso ocorreu porque, em 2010, houve a publicação do Decreto nº 7.404, que regulamentou a Lei nº 12.305, destacando a responsabilidade compartilhada. Com isso, o consumidor soube que teria responsabilidade na cadeia de descarte dos eletroeletrônicos e de outros equipamentos. Segundo relato do Presidente da Associação Brasileira de Entidades Representativas e Empresas de Serviço Autorizado, à época houve a quintuplicação de produtos dentro das assistências técnicas. As pessoas pegaram aqueles produtos que estavam encostados nas casas — televisões antigas e aparelhos de som — e os levaram para as assistências técnicas para fazer o orçamento, mas nunca mais voltaram para buscá-los. Elas transformaram uma relação simples de descarte em relação de consumo. Bastava que o consumidor ligasse para a empresa e dissesse: *“Eu quero devolver meu produto. Onde eu o levo?”* Mas ele, de um jeito esperto, levou o produto para uma assistência técnica e o deixou lá. Então, temos dificuldade, como cidadãos, de pensar no bem comum, e essa é uma agenda para o bem comum.

Carlos, nos dias de hoje, com a desativação do sinal analógico, existe uma preocupação enorme. Temos visitado várias cooperativas, para inseri-las no processo de recebimento desse material, porque isso está previsto na lei e é uma forma de interagirmos com elas. Nós notamos que a indústria tem certa dificuldade de falar essa linguagem com a cooperativa, por isso nós fazemos isso por meio de institutos.

Nós vimos que algumas cooperativas haviam recebido de bom grado equipamentos eletroeletrônicos em desuso e os estavam desmontando. Alguns desses equipamentos nada mais eram do que máquinas de hemodiálise doadas



gentilmente por um hospital! Então, tomamos cuidado para evitar a desinformação da cadeia.

A responsabilidade com o descarte e a destinação começa na compra do produto. Nós incorporamos os produtos eletroeletrônicos em nossa forma de viver e de nos relacionar socialmente, e é no momento da sua compra que temos que decidir como queremos fortalecer a cadeia A ou a cadeia B. Por que estou dizendo isso? Porque, em 2007, 76% de todos os eletroeletrônicos da linha verde — os de informática — que eram vendidos no País eram contrabando. Eram do mercado “cinza” ou do “*la garantia soy yo*” — como quiserem chamar —, mas eram contrabando. E por quê? Porque nós estimulávamos uma cadeia ruim. Com a MP do Bem esse mercado caiu para 22%, e ainda assim é muita coisa. Em 2016, comercializamos 12 milhões de *smartphones* e aproximadamente 4,5 milhões de computadores, e 22% de tudo isso ainda é contrabando. Então, de alguma forma, ainda não temos sensibilidade ou nível de consciência ambiental para fortalecer a cadeia A ou a cadeia B.

Descartar um produto eletroeletrônico não é colocar na mão do catador um resíduo perigoso, que eventualmente possa oferecer perigo no descarte ou no manuseio. Por exemplo, no cinescópio de TVs antigas há chumbo e fósforo, e tais resíduos necessitam de tratamento, o que tem custo. Quando se doa isso para uma cooperativa, ela tem que gastar de 250 reais a 900 reais por tonelada para descontaminar esse material. Então, o problema está sendo transferido para alguém que não tem recursos, embora já existam tecnologias para fazer isso.

O SR. CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO - (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Houve um problema com o céσιο, em Goiânia.

O SR. JOÃO CARLOS REDONDO - Sim, em Goiânia houve um caso bastante crítico.

Então, eletroeletrônico não tem cara de resíduo, ele é um equipamento em desuso que tem gerado uma série de problemas, em função do nosso sistema tributário e fiscal. Vou explicar isso um pouco melhor.

A ABINEE tem mais de 500 associados, representa o setor eletroeletrônico, gera mais de 300 mil empregos e responde por mais ou menos 3% do nosso PIB. Então, é um setor bastante representativo.



Há alguns grupos de materiais eletroeletrônicos que a ABINEE representa, mas eu vou falar especificamente da linha verde, que são computadores, *smartphones*, impressoras, *scanners* e assim por diante, produtos de ordem pessoal de que normalmente fazemos uso.

A Zilda já comentou bastante sobre alguns parâmetros que a política traz, e eu vou dividi-los em quatro blocos. Os dois primeiros são: obrigatoriedade do fabricante em disponibilizar os pontos de recebimento e instituição da responsabilidade compartilhada. Talvez esses sejam os maiores avanços na imposição da cultura do descarte responsável e da gestão do bem comum.

Outro parâmetro importante é não impor o serviço como gratuito, uma vez que não se considerou no preço dos produtos que estão no mercado o custo de seu recebimento, descarte e reciclagem.

Por mais que se faça conta e por mais informação que se tenha ao reciclar um eletroeletrônico — o produto pode ter ouro, prata e uma série de metais nobres —, o custo da reciclagem não paga a receita que se terá com esses materiais, a não ser em grande escala. Só há cinco plantas no mundo que fazem reciclagem em grande escala. Em 4 anos, eu reciclei 11 mil toneladas de resíduos eletroeletrônicos. Parece um número impressionante, mas uma única planta na Europa recicla isso em 1 mês. Então, não existe volume para viabilizar uma planta dessas no Brasil. Como conseguimos volume? Simplificando o processo de implantação dos recicladores no Brasil. Eu trouxe o caso da planta de um reciclador de São Paulo para debatermos.

O quarto parâmetro da lei que instituiu Política Nacional de Resíduos Sólidos é a exigência de um plano de gestão de resíduos. Houve casos, desde o advento da lei, em que protocolávamos um plano de gestão de resíduos em determinada Secretaria de Meio Ambiente em determinado Estado, e servidor do outro lado do balcão falava assim: *“O que eu faço com isso?”* Nós respondíamos: *“Eu não sei, foi você que me pediu o plano”*. Então, há desinformação sobre como estruturar a lei e como colocá-la para funcionar. Isso exigiu muito discurso e diálogo dos dois lados, e temos tido grande apoio do Ministério do Meio Ambiente na estruturação dessa questão no setor eletroeletrônico, que é o meu caso.

Em termos de operacionalização, a lei prevê o plano de gestão e instrumentos de incentivo econômico e financeiro dentro das políticas públicas do Governo.



Também está prevista a responsabilidade compartilhada de toda a cadeia, desde o fabricante até o distribuidor, o comerciante e o consumidor. Se cada um fizer a sua parte, isso funciona.

Existe na outra ponta a alimentação do sistema de informações. Por meio desse sistema, que conhecemos como Cadastro Técnico Federal — CTF, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos — SINIR vai dar subsídios ao MMA, ao IBAMA e aos órgãos de Governo que trabalham com meio ambiente para que façam um balanço de massa: quanto foi colocado no mercado, quanto voltou para a reciclagem e como isso está rodando, em termos de eficiência. No meio disso tudo, deve haver um plano de gerenciamento para que essa estrutura funcione.

Podemos achar que uma lei e um decreto são suficientes para fazer com que tudo isso funcione, mas percebam o que aconteceu em razão da nossa criatividade, como brasileiros. Além da Lei nº 12.305 e do Decreto nº 7.404, existem outras 82 leis no Brasil que falam do mesmo assunto, e não necessariamente se complementam. Muitas vezes, elas são conflituosas, em termos de discurso e em termos de abordagem. Existem outros 74 projetos de lei em andamento. Percebam o nível de insegurança jurídica que existe em uma operação como essa.

Podemos citar um caso que ocorreu em Sergipe, na fronteira daquele Estado, que envolveu alguém que trazia *toners* usados de impressoras devidamente embalados. A embalagem do *toner* novo acondicionou o velho, que foi substituído, para que ele pudesse ser transportado para São Paulo, onde fica a fábrica de reciclagem. O caminhão foi parado às 7 horas pelo fiscal da alfândega, que disse: *“Isso aí não é resíduo, porque não tem cara de resíduo. Isso é toner disfarçado de resíduo”*. E o fiscal segurou o caminhão por 12 horas. Particularidade: o fiscal não sabia que existia a Política Nacional de Resíduos. Ele não sabia da lei e só liberou o caminhão depois de 12 horas. Quanto custa isso em uma viagem de Sergipe até São Paulo? Em quanto isso encarece o transporte? E se houver uma autuação nesse caso?

Muito diferente do tratamento que se dá à questão social do trabalho de catadores e cooperativas, que é justa, o empresariado é tratado com o rigor da lei. Nas conversas que temos mantido com alguns Ministérios, nós somos tratados



como se estivéssemos querendo um subterfúgio para pagar menos impostos. Em todo transporte de resíduos neste País, em todos os Estados, há a cobrança de impostos sobre o resíduo, enquanto se está prestando um serviço ambiental ao País. Então, temos que quebrar essa cultura.

No caminho proposto pela logística reversa, o consumidor pode fazer o reuso, pode dar ao produto uma segunda vida, pode reter o produto com ele, pode levar o produto até o ponto de coleta e, dali, até o centro de consolidação do sistema, até recicladores e assim por diante. O consumidor também pode resolver entregar o produto em pontos de venda, em locais previstos em programas municipais, em programas sazonais, em pontos de entrega voluntária, em assistências técnicas. Então, esse processo vai ficando cada vez mais complexo.

O marco legal estabeleceu a semente do que se chama de “economia circular”, para garantir que esses produtos voltem para a indústria ao final de sua vida útil. Ele também criou oportunidade de geração de empregos e novas tecnologias, desde que se pense de maneira simples.

O marco legal muda o perfil de consumo. Na verdade, há uma conversão no consumo. Por exemplo, ao invés de se comprar um celular, na verdade compra-se um serviço de conexão, em que o celular fica com o fabricante ao final de sua vida útil.

Parece que eletroeletrônico é tudo a mesma coisa, mas eu estou falando só da linha verde. A linha azul refere-se aos eletroeletrônicos portáteis; a linha marrom, ao que normalmente temos em nossas salas; e a linha branca, ao que temos nas nossas cozinhas. Cada um desses setores tem sua realidade e sua dificuldade, quer seja em razão do seu tamanho, da complexidade do processo ou da rentabilidade dos materiais que estão envolvidos e que vão subsidiar efetivamente o pagamento desse trabalho.

O acordo setorial impõe alguns desafios. Primeiro, na ABINEE nós criamos uma entidade gestora chamada Green Eletron. Hoje, temos 11 fabricantes, dentre mais de 40 fabricantes no Brasil. São esses 11 fabricantes que estão bancando o processo de reciclagem.

Segundo, quanto à participação pecuniária do consumidor, nós pedimos ao Estado o destaque, em nota fiscal, do valor que o consumidor está pagando naquele



processo de compra para que o produto seja descartado ao final de sua vida útil. “Ah, mas a indústria vai cobrar isso do consumidor?” Ora, a garantia já é cobrada do consumidor, a manutenção já é cobrada do consumidor. Nós pagamos por tudo isso. O que nós queremos é o destaque em nota, para fazermos um trabalho de conscientização ambiental, para que o consumidor pense: “Eu já paguei por esse serviço”. Mas quanto custa isso, Redondo? Para um celular de mais ou menos 1 mil reais, o custo é menor do que 1 real. Não é o valor que vai definir ou mudar a decisão de compra do consumidor, mas haverá um trabalho de conscientização ambiental. Pedimos ao Ministério da Fazenda que esse valor fosse destacado em nota.

Em um segundo ponto, um pouco mais complexo, também pedimos que não houvesse tributação, para que isso não onerasse os custos ao longo da nossa cadeia. Apesar de a lei ter inovado no processo ambiental, nós continuamos tentando encaixar essa lei nova em um sistema tributário e fiscal muito nocivo. Estamos tentando costurar uma coisa sem ter como fazer isso. Assim, nós temos que mudar o sistema tributário e fiscal. Já que inovamos no marco ambiental, os demais marcos também devem acompanhar essa mudança cultural.

Existe o desafio da isonomia. Hoje, 11 fabricantes subsidiam todo o sistema — o projeto-piloto fica em São Paulo. Há mais ou menos 150 fabricantes de pilhas e baterias, mas só 17 mantêm o sistema, como a Zilda mostrou. São 6 milhões de pilhas e baterias recolhidas ao ano. São 150 marcas de pilhas no Brasil, mas só 17 bancam o sistema. Então, não há isonomia, e aqueles que vivem à margem da lei são beneficiados pela ineficiência da fiscalização. É mais fácil fiscalizar quem tem CNPJ, endereço fixo e tamanho razoável. Por isso, essa fiscalização concentra-se sempre nos grandes fabricantes, assim como as críticas sobre o que funciona ou não.

O reconhecimento da não periculosidade dos produtos eletroeletrônicos descartados é um desafio grande que temos tido com o MMA. Nós entendemos as dificuldades de fazermos isso funcionar no Brasil. Em outros países, esses resíduos são classificados como sendo de classes especiais ou recebem outras classificações. Essa questão tem evoluído junto ao MMA, ao IBAMA e às Secretarias de Meio Ambiente nos Estados, para que seja possível simplificar o



processo. O Márcio comentou muito bem como isso ocorre no campo. Como se trata de um problema muito complexo, quanto mais simples for a solução, melhor se viabilizará a coleta, a destinação e a reciclagem.

A criação do Documento Autodeclaratório de Transporte com validade em todo o território nacional tem por objetivo evitar situações como a que ocorreu em Sergipe, que eu lhes relatei, para evitar autuações.

O que nós fizemos para superar os desafios do acordo setorial? Criamos uma gestora, que é uma solução colaborativa. Fizemos uma negociação com o Ministério da Fazenda em relação à participação pecuniária. Na questão da isonomia, temos pleiteado um decreto vinculante que obrigue todos que comercializam, transportam e distribuem esses produtos no Brasil a cumprir o acordo, mesmo não tendo aderido a ele. Assim, eles terão as mesmas responsabilidades, evitando que só uma parte pague a conta. Quanto à periculosidade, o IBAMA tem o entendimento de que se deve alterar a Instrução Normativa nº 5, que trata de transporte de resíduos no Brasil, incluindo o resíduo eletroeletrônico como não perigoso. Também preconizamos a negociação com o Ministério da Fazenda, para simplificar o Documento Autodeclaratório de Transporte, via CONFAZ, para que os Estados possam aderir a esse convênio e para que se consiga evoluir com isso rapidamente.

Há desafios maiores, e o primeiro deles são os altos investimentos.

Depois, existe a questão da concentração de materiais. Essa planta que eu vou lhes mostrar hoje está operando com um terço da sua capacidade, por falta de material, porque o material não chega a ela.

Além disso, há a capilaridade da solução. Ainda que 70% de todo o consumo eletroeletrônico esteja na Região Sudeste, a lei nos obriga a cobrir todo o território nacional em 5 anos.

Manutenção dos custos operacionais. Nós estamos falando de uma despesa anual da ordem de 90 milhões, quando as metas estruturantes e as metas de coleta forem cumpridas, ou seja, 18.000 toneladas por ano, no quinto ano de implementação após a assinatura do acordo, com 4.500 pontos de coleta em cidades com mais de 80.000 habitantes.

Os controles e relatos aos órgãos de Governo são complexos. Ao produzir um equipamento, expedi-lo e vendê-lo, ele sai de um ponto para milhares de lugares. A



logística reversa é fazer processo inverso: de milhares de lugares para um ponto de recebimento, coleta e destinação. Nós nunca havíamos pensado nessa lógica, que muda o modelo mental.

Eu não vou entrar no mérito do acordo, porque a Zilda já o discutiu. Existe uma meta estruturante.

As três pendências têm sido bastante discutidas com o MMA e com o IBAMA, e sua solução está em andamento. Até o final deste ano, esperamos conseguir vencer o desafio de superar essas condicionantes, para podermos assinar o acordo, não é Zilda?

A SMA 45 é uma resolução do órgão ambiental de São Paulo que condiciona a renovação da licença de operação no Estado à apresentação de um plano de gestão de resíduos. São Paulo também deu passo muito importante nessa área, já que naquele Estado o resíduo eletroeletrônico foi classificado como não perigoso.

A Green Eletron é uma OSCIP, uma organização sem fins lucrativos, uma solução colaborativa espelhada em iniciativas que aconteceram na Europa. Seu objetivo é compartilhar operações, custos e assim por diante, ganhando escala com isso. Pessoas jurídicas de diversos setores podem se associar a ela. Sua estrutura é de OSCIP, e ela presta contas ao Ministério Público. Assim como o Márcio mostrou, ela se encaixa na estrutura como gestora, harmonizando tudo isso.

Carlos, nosso coletor de resíduos de eletroeletrônicos é um pouco diferente dos demais. Ele foi feito de forma que, uma vez depositado o produto eletroeletrônico, ele não possa ser recolhido. Qual a nossa experiência em campo, no projeto piloto que começou com 22 pontos em São Paulo? Roubaram alguns desses coletores para pegar celulares quebrados e recuperar ouro. Dois foram arrombados em menos de 30 dias. Essa é a nossa cultura.

Reciclar resíduo exige tecnologia, não dá para fazer de forma amadora.

A Green Eletron começou a operação em abril deste ano e já partiu com o conceito de resíduo zero: 96% de todo o material vira outro produto e 4% vira energia.

O ABS e os plásticos de alta tecnologia usados em produtos eletroeletrônicos consomem 70% menos energia e emitem 50% menos de carbono no processo de



processamento. Entretanto, pagam 30% ou mais de imposto, o que é um desincentivo a essa iniciativa.

Essa é a foto do operador da Green Eletron, que fica em Sorocaba. Eu gostaria de convidar os membros da Comissão para conhecer a fábrica de reciclagem de eletroeletrônicos, que fica a 1 hora de São Paulo.

Aqui temos um exemplo de cartuchos que viram alça de *notebook*. É o produto antigo sendo utilizado para geração de produtos de alta qualidade, e não balde e outras coisas de menor valor agregado.

Aqui, temos outros produtos: a resina reciclada, que vai para a indústria e volta. Todas as 270 toneladas produzidas ao ano voltam a ser produto novo, dentro da mesma indústria de reciclagem, a mesma indústria eletroeletrônica, pagando todos os impostos também. E aquele plástico em que há contaminações por pequenos insertos metálicos e tudo mais vira, por exemplo, madeira plástica. Então, é cem por cento zero resíduo.

Esse é um laboratório de controle de materiais, um ambiente bastante limpo, talvez um dos laboratórios mais bem equipados para plástico no Brasil hoje. Esse equipamento de baixo, no canto direito inferior, é o identificador de plásticos. Hoje, o que se costuma fazer em cooperativas, em sucateiros, é queimar o plástico e sentir o cheiro. Isso é ABS, e você sabe bem o que é isso. Já vimos muito isso. É um risco, porque, se você queima PVC e cheira aquilo para saber se é PVC, você está inalando ácido clorídrico. Então, existem tecnologias para fazer isso.

Esse é um laboratório de desenvolvimento, todo o teste, para que a resina reciclada passe pelos mesmos critérios de resina virgem.

Aqui vemos equipamentos de segurança da informação.

Essa é uma planta de grande porte. Esse equipamento foi desenvolvido no Brasil e fabricado na Alemanha. Aqui à direita, temos a fábrica de plástico; lá, o processamento de eletroeletrônico; e *toners* na parte de cima. Então, existem muitas tecnologias para isso; não é um processo amador.

E há uma separação manual necessária para viabilizar o material.

Excedi demais meu tempo, mas eu queria compartilhar com vocês um pouco do que tem sido feito pelo setor eletroeletrônico, Deputado.



Quero convidar os membros da Comissão a, quando tiverem disponibilidade, saber o que a indústria tem feito.

Muito obrigado pela paciência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, João Carlos.

Vou abrir a palavra. Há perguntas dos internautas e dez inscritos. Durante a fala do segundo, vou encerrar as inscrições.

Passo a palavra à Sra. Josiane, da Prefeitura Municipal de Glorinha e da ABRELPE.

A SRA. JOSIANE - Boa tarde.

Eu queria perguntar ao Sr. Carlos Roberto, da ABRELPE. Ele disse que houve um retrocesso na utilização de lixões, que nisso já tínhamos avançado, estávamos usando mais os aterros sanitários controlados. O que causa esse retrocesso, já que o aterro é muito melhor? Por que voltar a jogar o lixo no lixão comum, sem tratamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Josiane.

Como já teve início a Ordem do Dia, vou passar a palavra a todos os inscritos, e os convidados vão fazendo anotações, porque depois a palavra retorna à Mesa, para responderem às perguntas e fazerem as considerações finais.

Tem a palavra o Sr. Ronei Silva.

O SR. RONEI SILVA - Boa tarde a todos e a todas.

Quero agradecer a oportunidade de falar aqui em nome dos meus companheiros e parabenizar a Frente por essa iniciativa. Acho que é bom fazermos a análise do que avançou e do que não avançou, ao longo do tempo. E quero parabenizar o Deputado Carlos Gomes, que foi um anjo da guarda para nós num assunto nosso, aqui em Brasília, muito importante, e agradecer especialmente ao senhor, ao Sr. Victor Bicca, do CEMPRE e da Coalizão, e a todos os que estão na Mesa.

Falamos muito aqui de avanço. Acho que houve alguns avanços. Falamos de três cadeias: a da lâmpada, a dos eletroeletrônicos e a das embalagens. Dentro dessas três cadeias, vejo com muito pouco avanço as duas cadeias que estão com gerenciadoras, que não têm tanta capilaridade e precisam estruturar um processo.



Acredito que, se a ABINEE e outras entidades tivessem aportado recursos para a estruturação de cooperativas e associações, haveria uma eficiência muito maior.

Entendemos as dificuldades que várias cooperativas têm no Brasil inteiro, mas incentivar, apoiar, estruturar isso é muito mais barato do que estruturar um processo que ainda não existe. A mesma coisa ocorre com a lâmpada. Entendemos que todos esses resíduos, tanto as lâmpadas fluorescentes quanto os eletroeletrônicos, são perigosos. Nós, do Movimento Nacional de Catadores, defendemos que isso precisa ser tratado de forma adequada, com profissionalismo, com todos os equipamentos necessários, porque realmente são materiais perigosos. Nunca defendemos que cooperativa e associação separassem, no lixão, por exemplo, resíduos perigosos, porque acreditamos que isso vai trazer mal à saúde dos companheiros que estão lá. Se houvesse um processo de estruturação das cooperativas ao longo do tempo — sabemos que nada é feito imediatamente —, haveria muito mais resultados.

Sabemos que o acordo de embalagens não é o melhor dos mundos, mas foi aquilo que conseguimos. Por quê? Porque é direto com as cooperativas e associações. Já atingiu todas as cooperativas e associações do Brasil? Não, mas nem a Política Nacional de Resíduos Sólidos as conseguiu atingir. Acreditamos que isso precisa avançar, só que estamos com uma preocupação muito grande.

O Ministério do Meio Ambiente tem um papel fundamental na estruturação dessa política ao longo dos anos. Tínhamos, no ano passado, um orçamento de 27 milhões de reais. Para o próximo ano, vamos ter um orçamento de 712 mil reais. Isso é menos de 1%. Como o Ministério do Meio Ambiente vai lidar com todas essas ações sem recurso? Então, essa é uma das preocupações que acreditamos que precisa ser revista. Não estou aqui querendo puxar o saco do Ministério do Meio Ambiente, mas acreditamos que ele precisa ser mais bem estruturado, para que a Política se efetive.

Sabe que agora esse primeiro momento da logística reversa do acordo setorial de embalagens chegou ao final e vai ser rediscutido, porque, na realidade, como o próprio Victor Bicca disse, houve uma quantidade de ações, mas nada foi feito com quem não aderiu ao acordo. Ninguém fala nada das pequenas, médias e grandes empresas que estão fora do acordo. Acreditamos que, para avançar, é



preciso o máximo de cooperativas e associações recebendo, porque efetivamente quem hoje faz com que volte todo esse material para o ciclo produtivo são as cooperativas, as associações de catadores e os catadores independentes. Por isso, acreditamos que tem que ser feito diretamente com as cooperativas e associações de catadores.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Ronei.

Tem a palavra o Sr. Cleusimar Andrade.

O SR. CLEUSIMAR ANDRADE - Boa tarde.

Meu nome é Cleusimar. Sou Presidente da cooperativa de catadores daqui de Brasília chamada Recicle a Vida e faço parte da Rede Alternativa, uma central de cooperativas que tem onze cooperativas no Distrito Federal e Entorno.

Primeiro, eu queria fazer uma solicitação pelo fato de o tema ser tão importante. Vi a representação de praticamente todas as pessoas envolvidas nessa parte dos acordos setoriais, mas não vi nenhuma representação de catadores, pessoas de extrema importância nesse processo que poderiam estar colocando também a nossa visão.

Foi citado aqui o nome do Ronei, do Movimento Nacional, e o da Aline também, mas só essa citação não é suficiente. Temos também muito a contribuir nessas opiniões.

Tenho duas perguntas para o Victor com relação a essa questão que se colocou das cooperativas que já são atendidas no Brasil inteiro com a questão do recurso da logística reversa. Aqui no Distrito Federal, conforme se disse, mais de trinta cooperativas já são atendidas com esse recurso. Pelo conhecimento que temos, apenas quatro cooperativas — acompanhamos isso através das redes sociais — foram contempladas, se não me engano, com 40 mil reais para a compra de trator, carro, etc. Temos muitas cooperativas aqui no Distrito Federal — acho que chegam a 30 ou passam desse número —, e, desde que foi assinado o acordo, nessa outra não houve.

Também percebemos que quem está administrando esse recurso, a representação dos catadores que está fazendo isso é a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis — ANCAT. Há outras cooperativas,



não só em Brasília, mas pelo Brasil afora, que não são representadas pelo Movimento Nacional, do qual a ANCAT participa. Então, eu queria colocar essa observação nessa reestruturação que pode ocorrer, ou seja, que haja também uma representação de outros catadores que não tenham essa representação no Movimento.

Obrigado.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Cleusimar.

Tem a palavra o Sr. Renault Castro.

O SR. RENAULT CASTRO - Boa tarde.

Quero fazer uma pergunta ao Carlos, da ABRELPE, sobre a questão que ele mencionou de que é necessário que os serviços de limpeza urbana e coleta sejam pagos pela população ou pelas empresas geradoras.

Não sei exatamente quais foram os termos colocados, mas a ideia é esta: que não sejam pagos simplesmente pelo poder público. A preocupação é a seguinte: nós sabemos que a lei não permite a vinculação de impostos. Esse pagamento que seria exigido da sociedade ou de empresas para que custeassem esse serviço teria uma natureza de taxa e seria vinculado à prestação desse serviço. Como isso seria solucionado?

Complementando essa pergunta, quero dizer que outros serviços essenciais, até mais do que esse, como a saúde, por exemplo, têm uma prioridade muito mais alta do que limpeza urbana ou coleta de resíduos. Isso é indiscutível. Como se compara uma coisa com a outra, uma prioridade com a outra, uma vez que esse recurso iria para o caixa geral de um Município? O Município vai preferir financiar saúde ou vai preferir financiar limpeza urbana?

Como complementação final, digo que esse serviço está previsto na Constituição como atribuição exclusiva dos Municípios.

Como o senhor reage a essas questões?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Tem a palavra o Sr. Anselmo Freitas.



O SR. ANSELMO FREITAS - A iniciativa privada atua há mais de 40 anos, reciclando sem qualquer incentivo fiscal, tributário ou apoio para fomento das atividades. Quando houver incentivos, haverá investimentos privados.

Aos membros da Mesa e demais presentes pergunto: quando teremos medidas efetivas nesse sentido? Conversamos sobre isso hoje pela manhã no seu gabinete, quando o senhor recebeu a nós da Associação Brasileira de Descartáveis, de Santa Catarina, Deputado Carlos Gomes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Tem a palavra a Sra. Mirtes Boralli.

A SRA. MIRTES BORALLI - Estou na Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal. Queria mais dar um informe das ações que o Governo do Distrito Federal está encaminhando no sentido da logística reversa.

Até provavelmente novembro deste ano mesmo, vamos aprovar o Plano Distrital de Saneamento Básico e o Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Nesse plano, há a parte da logística reversa, com ações, programas e suas metas. Fora isso, estamos caminhando para o estabelecimento de vários termos de compromisso. O relativo a pneus está praticamente elaborado, está em revisão. Em relação a embalagens de óleo, já temos um termo de compromisso desde 2013. Ele está assinado e está na fase de revisão.

A Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro — ABIVIDRO, que não entrou no acordo nacional, está bem disposta, a articulação já está bem adiantada, porque tem a Lei do Grande Gerador, que o DF publicou no ano passado. Então, provavelmente, a gente vai começar com bares e restaurantes na parte da coleta de vidros. Eles já assinalaram que tem viabilidade técnica e econômica para levar esse vidro para São Paulo para fazer a reciclagem.

Quanto a eletroeletrônicos, a gente tem duas recicladoras, uma no Distrito Federal e uma no Valparaíso de Goiás, aqui pertinho, que fazem toda a reciclagem do eletroeletrônico, à exceção da linha branca. Então, a gente também está conversando com eles para viabilizar. Vamos falar com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica — ABINEE nesse sentido também. A gente conseguiu



colocar alguns critérios em leilões no Distrito Federal, porque tem muito eletroeletrônico. A Secretaria de Planejamento do Distrito Federal, que faz, também já aceitou para ver se esses eletroeletrônicos dos leilões não se percam ou acabem em destinação que não seja a correta.

Acho que era isso. Era mais um informe. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) – Obrigada, Mirtis.

Tem a palavra o Sr. Paulo Pinho.

O SR. PAULO PINHO – Boa tarde a todos! Parabéns ao Deputado Carlos Gomes pela iniciativa.

A minha primeira pergunta, já que tudo deveria nascer do plano, é para a Sra. Zilda. Até já falaram da contenção e da diminuição de recursos para a área. Quem está financiando planos municipais do Brasil atualmente no Governo Federal?

A segunda pergunta é para o Sr. Carlos Roberto. Prazer em revê-lo. A minha pergunta é: até quando nós vamos usar o termo “*aterro controlado*”, que eu acho muito frouxo e acaba caindo numa vala comum. Eu desconfio que, se nós eliminássemos isso, o número de lixões iria aumentar sobremaneira na pesquisa. Eu gostaria publicamente de agradecer à Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais — ABRELPE e à associação Compromisso Empresarial para Reciclagem — CEMPRE pelas referências que são nas pesquisas anuais e aproveito para fazer uma pergunta. Algumas vezes, Victor, você comentou que, dependendo do critério, pela CEMPRE ou pela ABRELPE, varia um pouco em relação ao número de cidades com coletas seletivas. Acho que seria muito interessante unificar os critérios. Para quem trabalha com pesquisa no Brasil, seria muito importante.

Finalmente, para todos os membros, eu gostaria que falassem um pouco sobre logística reversa na Amazônia. Eu quero aproveitar o espaço para fazer uma publicidade, principalmente um convite, já que vou lançar no Senado o meu livro sobre gestão de resíduos sólidos e urbanos na Amazônia brasileira. Assim que eu tiver a data, eu vou informar ao Deputado Carlos. Por gentileza, já peço ao Deputado e à Comissão de Meio Ambiente a divulgação, para que a gente possa continuar esse debate após o lançamento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Com certeza, Paulo. Quando lançar, mande o convite que ajudamos a divulgar.

Passo a palavra ao Sr. Gilmar, da Rede Alternativa.

O SR. GILMAR - Boa tarde a todos! Eu sou Gilmar, da Rede Alternativa. Eu quero primeiro agradecer a Deus por esta oportunidade e à Mesa por ter dado esta oportunidade a todos nós para falar um pouco desse avanço da logística reversa.

Venho agradecer porque minha fala foi contemplada com Cleusimar, da Associação Recicle a Vida. Quero dizer que tudo o que estamos fazendo — o Ronei sabe disso, bem como a Aline — é para nos unir e não nos dividir. Então, somos parceiros e estamos para o bem melhor, que todo mundo sabe que é em prol do catador de Brasília. Portanto, agradeço por esta oportunidade a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Gilmar.

Tem a palavra o Sr. Mario Saffer.

O SR. MARIO SAFFER - Boa tarde a todos! Sou Mario Saffer, da ENGEBIO Engenharia e Meio Ambiente.

Antes de tudo, eu queria cumprimentar o nosso Deputado, gaúcho, Carlos Gomes, por essa proposta de projeto de lei. Nós temos em torno de 37 ou 38 propostas de projetos de leis em andamento, mas nenhuma objetiva. A gente está até brincando lá no Rio Grande do Sul e nomeando a Rua Oneda Reciclagem. Então, eu queria parabenizar essa proposta, que é bastante objetiva e se diferencia das demais.

Em relação ao debate, uma questão eu colocaria para a Sra. Zilda, para o Ministério do Meio Ambiente — MMA e para o Victor Bicca, da CEMPRE. Como foi comentado, frente ao tamanho do Brasil que nós temos, com diferentes regiões, padrões de consumo e distâncias, realmente é um grande desafio principalmente para embalagens, que representam praticamente 35% dos resíduos sólidos urbanos do pós-consumo.

Frente a esse panorama, vendo a exposição dos demais setores, em que todos adotaram, de uma maneira ou outra, uma unidade gestora e algumas já estão trabalhando até com sistemas regionais de gestão, não é proposta do acordo setorial ter uma unidade gestora e não falar de gestões regionais. Então, eu pergunto para o MMA e para a CEMPRE qual a opinião de vocês sobre uma



proposta de solução buscando regionalizações, vendo que estão pipocando — não há outra palavra — acordos setoriais estaduais e municipais, o que tende inclusive a enfraquecer até o próprio acordo nacional já existente. A pergunta seria direcionada a essa questão.

Para a Reciclus, é mais uma curiosidade, nós estamos agora fazendo mais um plano, o Plano Estadual de Resíduos do Paraná, além de outros Estados. A gente chega nos Municípios, ao serviço de limpeza urbana ou a algum outro setor onde há uma quantidade muito grande de lâmpadas acumuladas pela Prefeitura. Aquela coleta itinerante de que se está falando é para depois. Não há uma preocupação ou nenhuma ação a se pensar em resolver esse passivo ambiental que existe frente às Prefeituras.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Mario.

Da internauta Thamires Veloso:

Prezados, sabemos que farmácias e drogarias estão recebendo medicamentos provenientes da população e que há uma empresa responsável pela destinação final desses.

Está sendo feita alguma fiscalização para saber se realmente esses resíduos estão sendo descartados corretamente pelas empresas recolhedoras?

Da internauta Erica Jaeger:

Para a logística reversa acontecer depende de um acordo entre setores. O que está sendo feito pelo Governo para o encontro entre setores acontecer?

A maior parte dos resíduos que deveriam ser recolhidos para a logística reversa continua sendo reutilizados e/ou indo para aterros sanitários.

Do internauta Jeffevan:

Por que alguns Municípios e Estados ainda não se adaptaram às novas regras e à Lei de Política Nacional de



Resíduos Sólidos, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, como aqui em Águas Lindas de Goiás?

Do internauta Elias Caetano:

A iniciativa privada atua há mais de 40 anos reciclando, sem qualquer incentivo fiscal, tributário ou apoio para o fomento das atividades. Quando houver incentivos, haverá investimento privado.

Aos membros da Mesa e demais presentes: quando teremos medidas efetivas nesse sentido?

Da internatura Mayara Menezes:

Nos pontos de entrega voluntária da Reciclus, dispostos, por exemplo, em supermercados, grandes geradores podem descartar lâmpadas? Para um shopping que gera grande quantidade de lâmpada, aproximadamente 300 lâmpadas por mês, há limite para descarte?

A logística reversa prevista no Plano Nacional de Resíduos Sólidos pode ser determinada, caso a cadeia produtiva não atenda o chamado para o acordo setorial. Como está a negociação com as cadeias produtivas que não atendem, como o Victor levantou, que não estão no acordo?

O Governo Dilma editou medida provisória que criou o crédito presumido para estimular a reciclagem no Brasil. A indústria de reciclagem de produção que utilizar matéria-prima oriunda da reciclagem pode chegar de 10% a 50% da contribuição do PIS/PASEP e COFINS. Como a indústria está lidando com essa operação?

Foi possível entender a pergunta aqui?

Vamos seguir a mesma ordem?

Concedo a palavra ao Amauri.

O SR. AMAURI - Eu sou o Amauri, representante da Rebop, que atua na logística reversa dos pneus inservíveis. Não existe clareza na tributação da operação no País. Cada Estado e cada Município tributa de maneira diferente. Quando se vai fazer um enquadramento disso, as empresas têm grande dificuldade de se enquadrar. Às vezes, trata-se de uma adequação feita em algo que não está



regulamentado. Às vezes, a empresa recolhe os tributos, mas o Município considera que os tributos não foram recolhidos adequadamente. É preciso que se dê uma olhada nisso. Acho que seria o momento, para o nosso setor e para o que vem sendo instalado, de ter clareza para que as empresas se instalem e trabalhem adequadamente com os tributos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

Concedo a palavra à Sra. Zilda Maria Faria Veloso, que é do Departamento de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos do Ministério do Meio Ambiente para responder às questões direcionadas a S.Sa. e também já para fazer suas considerações finais.

A SRA. ZILDA MARIA FARIA VELOSO - Deixe-me tentar responder às perguntas direcionadas ao Ministério do Meio Ambiente.

O Ronei indagou sobre o orçamento. Ronei, o orçamento do ano passado não foi de 27 milhões. Não chegou nem a 6 milhões.

Eu até disse ao Deputado Nilto Tatto, numa conversa lateral, quando estava havendo a apresentação, que o Ministério do Meio Ambiente previa, a partir de 2011, para os primeiros 4 anos da política, 56 milhões de reais. O Ministério não recebeu sequer 10% disso. Aquela era a previsão. Houve um aporte de recursos, mas muito pouco em relação a isso. Houve um decréscimo de investimentos.

Havia um recurso do Ministério do Meio Ambiente — acho que já respondo duas a três perguntas em relação a isso —, que, como coordenador da política, ficou encarregado de financiar os planos num primeiro momento. Ele abriu dois editais, em 2011 e 2012. Foram selecionados 99 Estados e Municípios. Quase nenhum Município foi selecionado isoladamente. Foram consórcios para a realização do Plano Intermunicipal Integrado e do Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

Hoje nós temos ainda em andamento 37 contratos de repasse. Alguns não foram adiante por desinteresse dos próprios Municípios ou consórcios. Outros tiveram problemas de execução e foram parados. Tudo por meio de contratos de repasse com a Caixa Econômica.

O Ministério das Cidades ficou encarregado de apoiar Municípios com mais de 50 mil habitantes, e a FUNASA com menos de 50 mil habitantes. Também tiveram drástica redução em seus orçamentos.



Eu posso afirmar que, de meados do ano passado até este ano, praticamente nenhum recurso foi repassado, a não ser os contratos em andamento.

Então, realmente, essa é uma situação crítica por parte de todo o Governo Federal. Essa área foi bastante afetada pelos cortes.

O Ministério do Meio Ambiente chegou a apoiar. Neste ano, conseguimos uma articulação política do Ministro do Meio Ambiente. Vai ser publicado, nos próximos dias, um edital pelo Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal de 5 milhões de reais para a compostagem nos Municípios. Quer dizer, esse foi o foco que a Caixa nos ofereceu. Até o final deste mês deve estar disponível no edital para contratação. Isso somente para compostagem. Então, é uma situação crítica que o Brasil vem passando, além de redução de estrutura para apoiar a Política de Resíduos Sólidos, pessoal técnico. Os recursos estão muito escassos.

O Ministério só está avaliando, de acordo com a Política de Resíduos Sólidos. Além disso, o projeto Cataforte também continua tocando alguns projetos muito pequenos em relação ao que era há 5 anos. O Cataforte anterior à lei foi fortalecido por meio do Decreto nº 7.405, mas também, ao longo dos anos, vêm reduzidos os seus recursos oferecidos para apoiar cooperativas e associações de catadores.

O Paulo Pinho perguntou a respeito dos planos que teoricamente o Ministério do Meio Ambiente continua apoiando. Com esses recursos, somente os contratos de repasse em andamento.

O Mario me fez uma pergunta também — obrigada, Mario, pela pergunta — sobre a gestora. A lei prevê que as empresas podem fazer isso diretamente ou por meio de contratação de serviços.

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica — ABINEE nos fez essa pergunta formalmente, quando nos devolveu a proposta consolidada de acordo setorial e alguns pontos de esclarecimento. Nós, à época, fizemos um parecer técnico, e a área jurídica do Ministério fez um parecer jurídico, dizendo que as gestoras podem ser interpretadas como contratação de serviço, mas não é obrigatório que constem do acordo. O nosso entendimento é que tem que haver organização. A gestora é bem-vinda, mas o Ministério do Meio Ambiente não pode cobrar isso no acordo setorial nem pode obrigar por um decreto ou um termo.



Por falar em decreto, várias cadeias colocaram a questão do comprometimento, do efeito vinculante dos não signatários, como a gente chama, ou seja, do comprometimento de quem não assina o acordo, se tem alguma obrigação. Então, nós nos municiamos disso lá no início com um parecer da área jurídica que dizia basicamente que a obrigação do cumprimento está na lei. A lei fala que o regulamento, o termo de compromisso ou o acordo setorial vão regulamentar uma cadeia somente. Assim mesmo, o Ministério do Meio Ambiente elaborou o que a gente chama de decreto de efeito vinculante, que indica que quem não assinou tem que demonstrar por meio de controle e fiscalização dos órgãos ambientais.

Esse decreto está na Casa Civil. Até onde a gente sabe, já foi aprovado pelas áreas jurídica e técnica, esperando simplesmente um momento para sair. Estava para sair, há pouco menos de um mês, um pacote com diversos decretos. Esse pacote ainda não saiu. Um seria o decreto de efeito vinculante. Na nossa informação, este está pronto para ser publicado. Seu texto já está completo. A gente aguarda a publicação desse decreto, que trará luz àqueles que não assinam. Nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente tem feito ações com os órgãos estaduais e distritais de meio ambiente para provocá-los a uma ação fiscalizatória conjunta, como o IBAMA, na área que é de sua competência, e os órgãos estaduais — isso foi falado pelas diversas cadeias —, segundo o nosso entendimento. A gente precisa de articulação para fazer a fiscalização. A gente também não imagina que somente aqueles que assinam são os responsáveis. O nosso desejo é que todos sejam.

Quanto às lâmpadas, nós conseguimos que o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia — INMETRO e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA realizassem um controle de importação. Ou seja, se não comprovar que faz parte de algum instrumento de cumprimento da lei, a empresa não pode importar lâmpadas. O caso fica um pouco mais difícil quando a indústria é nacional.

Quanto a algumas perguntas feitas pelos internautas, quero fazer um esclarecimento rápido. A Thamires fala sobre medicamentos. Hoje nós temos regras para medicamentos. Não há ainda um acordo setorial assinado sobre a regra nacional. Infelizmente, os Municípios e alguns Estados baixam leis obrigando as farmácias a recolherem, mas não dizem o que faz a indústria nem os importadores.



Então, hoje, quem estão sendo oneradas são as farmácias. O recolhimento é feito pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente. O recolhimento e a destinação têm que ser controlados pelos órgãos ambientais. Portanto, é uma situação muito injusta, porque importadores e fabricantes não estão sendo penalizados, porque eles não têm registro em todos os Municípios brasileiros, mas as farmácias têm. Então, estas estão sendo penalizadas e obrigadas a cumprir a logística reversa. Algumas grandes redes têm programas nacionais, mas pequenas farmácias não têm. Então, ficam reféns de uma lei parcial que indica somente o recolhimento das farmácias, mas não para onde está indo esse resíduo. A farmácia fica com o ônus de contratar uma empresa que vai dar a destinação adequada. A indústria farmacêutica tem sua responsabilidade maior e é um setor que vive muito da importação.

O Ministério do Meio Ambiente vem buscando conversar sobre esse assunto com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA. Já tivemos reuniões com o Ministério da Saúde, com o intuito de buscar e ajudar no convencimento, porque lá trás, quando essa cadeia foi institucionalizada, houve manifestação favorável da indústria e da ANVISA para que isso ocorresse, mas agora a indústria diz que não é bem assim, que tem dificuldades, que é preciso ter aterros nos Municípios, tem que coprocessar. Quer dizer, joga a solução para o colo dos outros, literalmente. É uma situação muito desconfortável para nós, que trabalhamos na construção dessas cadeias. Aqueles que me conhecem sabem que eu sou uma pessoa extremamente sincera. Essa é a dificuldade que a gente tem hoje com o setor de farmácia.

Houve uma pergunta também sobre a adesão dos Municípios à logística reversa. Bem, de acordo com a explanação que eu fiz, a logística reversa é de responsabilidade do setor empresarial. Os Municípios que aderirem deverão ser remunerados pelas tarefas que porventura fizerem e que são de competência do setor empresarial.

Eu também disse rapidamente na minha apresentação que, para o Município participar, ele tem que se estruturar. Algumas ações estão ocorrendo, umas com razão e outras nem tanto, mas o Município tem que comprovar efetivamente que fez alguma tarefa de responsabilidade de fabricantes. Não é simplesmente dizer assim: *“Ah, eu recolhi aqui algumas embalagens, alguns eletroeletrônicos, algumas*



lâmpadas. Agora vocês venham aqui buscar". O Município tem que comprovar que está estruturando o setor, que ele incluiu catadores, que ele tem números, que os gastos estão quantificados, para poder oferecer ou negociar um termo de compromisso com aquele setor.

A Maiara, também internauta, pergunta se *shopping* tem limite de lâmpadas. Não, *shopping* é grande gerador. Ele entra na lei estadual, distrital ou municipal de grande gerador. O *shopping* não vai descartar os milhares de lâmpadas que gera por ano num ponto de coleta que, aqui em Brasília, é uma loja de 12 metros quadrados na Asa Sul, CLS 109/110, na chamada rua das elétricas. Isso não tem sentido. Os grandes geradores, pela lei, são responsáveis pelos resíduos gerados. Então, eles não vão descartar no mesmo ponto que nós consumidores residenciais descartamos os nossos resíduos.

Eu não vou falar sobre o crédito.

Eu só queria fazer um encerramento, Srs. Deputados, acerca do que falaram os meus colegas de Mesa.

O Márcio, que está aqui ao meu lado, falou da dispensa de licenciamento dos pontos de coleta. Isso é algo que nós discutimos desde o início dos debates sobre a logística reversa.

Conforme eu disse, a lei de resíduos sólidos está vinculada à legislação ambiental. Pelo que dispõe a legislação ambiental, não é possível, nem por ato normativo, dispensar o licenciamento. Nós regulamentamos leis ambientais por meio de resoluções do CONAMA — eu não sou advogada, mas conversei com advogados especialistas sobre esse assunto em vários períodos —, só que não há nenhuma resolução do CONAMA hoje que trate de dispensa de licenciamento. Ela trata de processo simplificado. Eu não posso, por uma resolução nacional, dizer o seguinte: *"Estão dispensados de licenciamento os pontos de coleta de produtos sujeitos à logística reversa"*. Isso não é possível pela maneira como a legislação ambiental é construída.

O que o Ministério do Meio Ambiente fez à luz da resolução da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo para eletrônicos? O IBAMA está elaborando uma normativa, para fim de interpretação, com o entendimento da legislação nacional e do cadastro de resíduos sólidos, do Cadastro Técnico Federal — CTF,



dando mais ou menos a seguinte interpretação: aqueles produtos sujeitos à logística reversa minimamente íntegros, entregues pelo consumidor em pontos de coleta e transportados até o local onde vão ser reciclados, desmontados, triados, não requerem um cuidado exacerbado. Não podemos dizer que esse local não pode ser licenciado. Podemos dizer que ele não está sujeito ao mesmo controle das unidades de reciclagem, porque essas são passíveis de licenciamento ambiental.

Agora, os Estados podem fazer isso. E, nas reuniões com os Estados, nós temos reforçado que essas regras de simplificação devem ser feitas no âmbito estadual. Elas vão facilitar inclusive a resolução dos problemas para os Municípios. Isso é desejável, porque essa não é uma atividade perigosa.

Imaginem os senhores o seguinte: eu carrego durante 4 ou 5 anos um celular na minha bolsa. Eu o carrego na minha bolsa, eu o transporto no meu carro, eu o manuseio o dia inteiro. Por que na hora de descartá-lo eu tenho que ir a um local que tem que ser licenciado, se ele não caiu no chão e não quebrou? Isso acontece com geladeira, com fogão, com computador, com *notebook*.

Então, inclusive para incentivar o seu descarte, seria desejável que houvesse uma interpretação, mas, pela legislação ambiental, essa interpretação tem que ser local, estadual ou municipal. Nós temos dito aos órgãos de meio ambiente sobre a necessidade de haver esse regulamento.

Outra questão importante é a existência de um documento simplificado de transporte. Nós também tentamos discutir isso em diversos órgãos. Hoje em dia, para transportar algum tipo de resíduo, dependendo do Estado, é necessário ter uma licença municipal ou estadual, e, se esse transporte for entre Estados, ela deve ser federal. Às vezes o resíduo pode não ser perigoso, mas, pelo princípio da precaução, a licença é exigida.

Por que falo do princípio da precaução? Porque em alguns órgãos ambientais os técnicos não conhecem muito bem o tipo de resíduo. É o caso dos cartuchos, que o Redondo comentou. *“Ah, mas eu não sei se esse cartucho é novo ou é usado. Então, pelo princípio da precaução, eu te paro, eu te controlo, eu exijo as licenças”*.

E nós temos leis que tratam de transporte de bens e mercadorias, inclusive de resíduos, na área de meio ambiente, na área de transporte — há resolução da ANTT nesse sentido — e até na área de saúde. Então, é impossível os órgãos terem



iniciativas isoladas de simplificação se eles não vão ter o poder de convencer outro órgão federal a reduzir ou a simplificar as suas exigências.

Eu queria, mais uma vez, agradecer ao Deputado Nilto Tatto e ao Deputado Carlos Gomes a oportunidade de estarmos aqui debatendo este assunto extremamente importante.

E, conforme os senhores puderam observar, aqueles que ficaram do início ao fim, a tarefa não é fácil para ninguém. A tarefa não é fácil nem para indústria, que tem que cumprir as exigências, nem para o Governo, que tem que controlar isso e assinar os acordos setoriais. O Ministério do Meio Ambiente lida com argumentos válidos — eu não estou dizendo que não sejam válidos — em relação a desoneração, incentivo à reciclagem e simplificação de procedimentos que não dizem respeito somente ao Ministério do Meio Ambiente. E, muitas vezes, nós também recebemos um “não” na cara e nos defrontamos com uma porta fechada quando vamos tratar com os nossos pares no próprio Governo Federal. Nós temos essa dificuldade também. *“Ah, não! Esse problema é um problema que não pode ser resolvido assim.”*

Não foi possível. Eu acompanho há mais de 20 anos, desde 1993, as negociações, nesta Casa, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, como analista ambiental do IBAMA que sou. As dificuldades que nós temos em relação a esses problemas já tinham sido levantadas lá atrás. O mundo inteiro, os países industrializados não conseguiram construir uma política de resíduos sólidos sem tratar de incentivo à reciclagem, que é uma bandeira desta Casa, principalmente desta Comissão e da Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia Produtiva da Reciclagem.

Em relação a isso, os nossos pares de Governo têm que passar por um convencimento, porque muitas vezes os incentivos são entendidos, pela nossa estrutura legal de controle dessas atividades, como regalias que o Governo dá e que ele precisa controlar e fiscalizar.

Eu acho que esse é um ponto importante para nós debatermos. Já tive oportunidade de conversar algumas vezes com o Deputado Carlos Gomes sobre isso. Mas o Ministério do Ambiente compartilha a preocupação de que também não adianta nada nós recolhermos, triarmos e enterrarmos de novo. Acho que ninguém



quer ver isso. Todo mundo quer ver essa matéria-prima incorporada no processo produtivo. Mas, para isso, se não houver algum incentivo, vai-se continuar usando matéria-prima virgem, porque a reciclada acaba sendo barrada na estrada, porque é obrigatório pagar ICMS de novo. Não é um bem mais. “Ah, mas ele pode ser reciclado”, afirmam. Mas não é mais um bem! O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — eu não sou economista — pode ser cobrado daquilo que é um bem, que é vendido. Mas, no caso, está-se reaproveitando.

Essa lógica tem que ser invertida. A lei não conseguiu contemplar isso, mas temos tido algumas conversas com a Confederação Nacional da Indústria sobre esse assunto. A CNI fez um estudo há 4 anos sobre esse assunto, e nós estamos trocando algumas ideias para que possamos avançar um pouco mais nesse ponto, que é muito importante, para que a Política Nacional de Resíduos Sólidos realmente possa vingar.

Muito obrigada, mais uma vez, e peço desculpas por ter me estendido.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Zilda. Passo agora a palavra ao Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, Diretor-Presidente da ABRELPE, para também responder as questões e fazer as considerações finais.

O SR. CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO - Obrigado, Deputado Nilto Tatto, Deputado Carlos Gomes; obrigado, Deputados.

E, também já agradecendo as questões apresentadas, a Josiane perguntou sobre a causa do retrocesso nos lixões.

Josiane, na nossa interpretação da leitura das pesquisas feitas e dos dados compilados, há um ponto a abordar. E isso já é fruto de uma campanha que a ABRELPE vem fazendo no Brasil desde o ano passado, com o apoio da ISWA (International Solid Waste Association), que trata da questão do fim dos lixões. Há uma campanha internacional pelo fim dos 50 maiores lixões do mundo, e nós trouxemos essa campanha para o Brasil para justamente fechar os lixões no Brasil.

O que percebemos, num primeiro momento, no primeiro ponto, até sem os dados, é que ainda não há uma percepção dos Municípios sobre os malefícios causados pelos lixões.



Por isso, nós também lançamos um estudo, no ano de 2015, que calculou quais são os impactos financeiros ao Brasil de manter lixões a céu aberto, tanto impactos ao meio ambiente, que seriam o custo de descontaminação ambiental, quanto impactos à saúde, o custo para tratar a saúde das pessoas contaminadas. E mostramos algo em torno de 4 bilhões de reais por ano.

Então, a cada ano que temos lixões abertos no Brasil, os cofres públicos têm um custo de 4 bilhões de reais, isso sem falar realmente na saúde e na vida das pessoas, que não tem preço.

Nós temos tentado trazer, sensibilizar e mostrar que realmente é uma aberração o fato de, em pleno século XXI, ainda termos que conviver com o lixão.

Esse é o primeiro ponto.

Quando veio o dado do *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil* e houve essa piora, o que nós percebemos? Primeiro, realmente essa constatação é efetiva, ou seja, não há consciência nenhuma dos malefícios causados, e, ante uma retração econômica, ante a falta de dinheiro, alguns Prefeitos não hesitaram em sair de aterro sanitário, que tem custo, e voltar para lixão, que não tem custo.

A gente percebe, a gente mostra com os números justamente que essa é a economia burra, porque se deixa de pagar aquele custo diário de depositar o resíduo no aterro sanitário, mas se está aumentando a conta do passivo ambiental, que cada vez fica mais caro. Ou seja, aquilo que ele está deixando de pagar hoje ele vai pagar três vezes mais caro amanhã. Então, realmente, é o que a gente tem tentado mostrar, mas não tem sido fácil trazer isso.

Já entro na pergunta do Reno — e agradeço bastante pelas ponderações, Reno —, por isso, a gente coloca justamente de uma maneira muito enfática e incisiva a necessidade de ter um instrumento de remuneração específica para os serviços de gestão de resíduos sólidos. Não tem jeito. Os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são de titularidade dos Municípios, tanto por conta da Constituição, que diz que os Municípios devem prestar os serviços de interesse local — aí se entende que a limpeza urbana é de interesse local —, mas principalmente pela Política Nacional de Saneamento, que diz que os Municípios são titulares desses serviços públicos.



Como qualquer outro serviço público, ele precisa ser remunerado pelo usuário. Se nós utilizamos serviço de transporte público, se a gente vai pegar o ônibus e o metrô, a gente tem que pagar passagem. Se a gente consome água, tem a conta de consumo de água e tratamento de esgoto. O mesmo ocorre com a energia elétrica. Fora isso, hoje, a gente já paga conta de telefonia celular, de TV a cabo, de Internet, e só 35% dos Municípios brasileiros cobram alguma coisa pelo serviço de limpeza urbana. Esses que cobram não arrecadam sequer 30% do que precisam para cobrir custos.

Se a gente continuar tapando o sol com a peneira e entender que Município vai aplicar dinheiro do Orçamento Geral para custear serviço público de limpeza urbana, a gente vai continuar patinando nesse setor. Quando a gente fala em instrumento de remuneração específico, pode ser taxa, tarifa, preço público e contribuição da mais diversa forma.

Sim, já existe julgamento no Supremo dizendo que é constitucional essa cobrança e pode ter diversos fatores. Nós defendemos na ABRELPE que seja cobrado conforme a geração, porque desonera o Orçamento público para se usar recursos em outros setores. Aquilo que hoje é pago com limpeza urbana pode ser usado em educação, o Prefeito pode usar na saúde, na zeladoria urbana, na cultura, que realmente são áreas prioritárias. A partir do momento em que há essa remuneração, também se faz justiça social e tributária. Quem gera mais paga mais; quem gera menos paga menos; quem separa e manda os seus materiais da fração seca para a reciclagem paga menos; quem apoia um projeto de compostagem da fração orgânica, com certeza, paga menos, até chegar à possibilidade de não pagar nada.

Se você separar o seu resíduo dentro de casa, fazer a compostagem, pegar a fração seca, caminhar para projeto de reciclagem e não onerar o serviço de limpeza urbana, provavelmente, não vai ter de pagar nada ou muito pouco. Então, é isso que nós defendemos, é esse passo que nós precisamos dar. Realmente, onerar o serviço público de maneira indistinta, como é hoje, não dá.

Só para não me delongar com os outros comentários, a resposta para o Paulo: Paulo, parabéns pelo livro! Quero receber o convite. Faço questão de estar



lá. Acompanho já o seu trabalho, a sua pesquisa há algum tempo e acho que realmente vai ser uma contribuição muito grande.

Até quando vamos usar o termo aterro controlado? Até quando os órgãos estaduais, as agências ambientais estaduais utilizarem essa classificação. Nós da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE fazemos a pesquisa do panorama direto com o Município e na hora em que perguntamos qual é o tipo de destinação final utilizado, vem aterro controlado, porque o Município tem ou uma certidão ou uma licença ou algum documento do órgão ambiental dizendo que é um aterro controlado. Nós da ABRELPE consideramos como uma destinação inadequada, tanto que somamos como destinação inadequada no panorama, mas existe ainda, está presente em todo o País. Concordo com você que nós precisamos realmente ter essa unificação de dados, interpretação.

Quero só fazer um comentário sobre o que o Victor falou. Mil quinhentos e cinquenta e nove Municípios fazem uso de lixão no Brasil, mas nós fizemos um levantamento, um mapeamento em junho deste ano, e há 2.976 lixões no Brasil. Então, há Município que tem, sim, mais de um lixão. Há Estado que tem mais lixão do que o número de Municípios. Então, realmente é algo...

E, no caso da coleta seletiva, a pergunta que nós fazemos ao Município é se ele tem iniciativa de coleta seletiva. Não perguntamos se é oficial, se é porta a porta, qual é a abrangência, se está em todo o território, se abrange a população toda. Não, se ele tem iniciativa. Então, se o Município fala assim: *“Não, eu tenho. Eu tenho um PEV- Ponto de Entrega Voluntária na praça central”*. É uma iniciativa. É mais para nós entendermos, traduzirmos e interpretarmos a maturidade do tema coleta seletiva em todo o território nacional.

Então, eu gostaria novamente de parabenizar a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, parabenizar o Deputado Carlos Gomes pelo requerimento e por ser o patrono dessa causa no Congresso Nacional, não só na Câmara dos Deputados, e dizer que nós estamos sempre à disposição para contribuir com esse debate. Muito obrigado.

O SR. PAULO PINHO - Sr. Presidente, V.Exa. me concede um pequeno aparte e um complemento à resposta do Carlos?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Sim, bem rapidinho.

O SR. PAULO PINHO - Vou ser bem rápido.

Pelo que eu entendi, Carlos, você é favorável a que essa taxa ou esse tributo seja pago proporcionalmente à reciclagem existente, à geração e à reciclagem, quer dizer, quanto mais o produto for reciclado, menos ele paga. É isso?

O CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO - Perfeito.

O SR. PAULO PINHO - Como é que você controla isso?

O CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO - Aí, é a questão justamente de adesão aos programas existentes. Então, o que é preciso? Nós temos já conhecimento de vários modelos existentes e aplicáveis no mundo inteiro. Então, qual é o conceito básico? Eu acho que aqui, pelo tempo, não dá para entrar no detalhamento. Se o serviço público de limpeza urbana não for onerado, o custo vai ser cada vez menor na condição de que não há essa oneração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Carlos.

Tem a palavra Márcio Fernando Quintino, Diretor Presidente da Associação Brasileira para a Gestão da Logística Reversa de Produtos de Iluminação — RECICLUS, para responder às questões e fazer as considerações finais também.

O SR. MÁRCIO FERNANDO QUINTINO - O.K. Obrigado.

Estou vendo o Wanderley, da Confederação Nacional da Indústria - CNI, que também está desde o Gênesis lutando pela causa da logística reversa. Então, faço um reconhecimento aqui público ao Wanderley neste começo.

Com relação às perguntas que foram endereçadas a mim, eu não fui tão eficaz em anotar os nomes, mas anotei as perguntas, e a Zilda já respondeu aqui, enfaticamente como sempre, a questão do grande gerador, e esse é um ponto importante. A RECICLUS prevê a inclusão dos grandes geradores mediante contrato específico, que vai ser feito com a RECICLUS. É algo que vai acontecer mais à frente, porque neste momento o foco é a implantação para pessoa física no varejo. É claro que isso demanda um esforço grande em razão das dimensões continentais do País, como eu já falei. Então, assim, vão ser inseridos.

Obviamente, como foi falado, é um resíduo de origem determinada. São grandes quantidades. Ele utilizou a lâmpada para gerar um produto ou serviço meio, então, ele é responsável por gerir aquilo. É uma questão, entre aspas, “especial”. E



a RECICLUS vai ter condição de fornecer esse tipo de serviço de uma forma estruturada mais à frente.

Com relação à questão do Paraná, a RECICLUS esteve presente no R20, explicando os trabalhos, explicando essas questões. Grande parte dessas lâmpadas acumuladas provém de grandes geradores, o que também vai ser algo que mais à frente nós vamos estar abertos a discutir e encontrar uma solução razoável.

Encerrando, a RECICLUS agradece aos Deputados Nilto Tatto e Carlos Gomes a oportunidade de estar aqui presente. A RECICLUS está avançando. Nós estamos desde 2001 nas primeiras reuniões do Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA discutindo sobre a logística reversa de lâmpadas e não fazíamos a menor ideia do que era logística reversa de lâmpadas. Estamos avançando, implantando e esperamos atingir as metas estabelecidas nos próximos 5 anos.

Em nome da RECICLUS e em meu nome pessoal, muito obrigado pela oportunidade. Boa noite! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Márcio.

Passo a palavra agora para o Victor Bicca, Presidente da Compromisso Empresarial para Reciclagem — CEMPRE, para responder às questões e também fazer as considerações finais.

O SR. VICTOR BICCA - Obrigado, Deputado Nilto Tatto.

Queria inicialmente já agradecer aos meus companheiros de Mesa, ao Deputado Nilto Tatto, ao Deputado Carlos Gomes, ao Deputado Augusto Carvalho, que estava aqui mais cedo, aos participantes e aos presentes.

Eu acho que o debate relacionado a resíduos sólidos é muito importante. A legislação aqui ficou 20 anos sendo discutida. E nós já temos agora algumas dezenas de projetos de lei. À época, nós tivemos mais de 200 projetos aqui. Então, isso sempre vai continuar sendo discutido. E é importante nós vermos nos exemplos práticos o que efetivamente podemos aproveitar para aperfeiçoar a legislação.

Nós sabemos que essa discussão é complexa, haja vista que a lei tem 7 anos, e nós vimos que, em algumas cadeias, os acordos setoriais ainda não foram feitos, como em eletroeletrônicos e medicamentos. Não é fácil. Então, quando eu vejo que o setor de embalagem em geral, de forma proativa, assumiu o desafio de



montar um modelo aqui, eu fico cada vez mais contente de fazer parte dessa discussão e dessa iniciativa.

Respondendo já a algumas questões, ao Cleusimar que está ali, digo que, no momento, mais de 90% dos investimentos da coalizão não são na ANCAT — Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, que representa somente 10%. Mas como é uma somatória de iniciativas, em que essas associações têm liberdade de escolher as suas cooperativas, algumas delas, a exemplo da sua, não foram contempladas ainda. Na medida em que esse processo avança e que a gente possa ter uma segunda fase, tenho certeza de que a sua cooperativa e outras no Brasil serão contempladas também. Acho que é uma questão de trabalhar isso.

Mas a ANCAT representa somente 10% do que é contemplado, 90% são investidos em outras cooperativas, em outros programas. Existe o grande desafio de conseguir contemplar todo mundo. Você viu ali que o compromisso inicial era apoiar em torno de 400 cooperativas, nós dobramos esse número, mas ainda há um caminho longo a ser seguido.

O outro ponto do Mário é em relação à gerenciadora. Acho que o Ronei e a Zilda já manifestaram algum ponto de vista. Isso está vinculado, Mário, à questão dos acordos setoriais. Por que um acordo setorial nacional? Porque a maior parte dessas empresas atua nacionalmente. Imaginem a dificuldade que seria cumprir acordos regionais e municipais. Seria muito difícil, muito, muito complexo. Sabemos que cada região pode ter uma complexidade diferente e uma questão pontual, como no Amazonas, como o Paulo citou, uma região complexa. Fazer reciclagem em São Gabriel da Cachoeira é totalmente diferente do que fazer na cidade de São Paulo. Efetivamente, os acordos nacionais são para permitir que as grandes empresas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. VICTOR BICCA - Isso. Mas acho que a gestão, como eu disse, se dá por programas. Temos que ver. A gerenciadora, em alguns segmentos, principalmente os de resíduos em que há rastreabilidade, como o INPEV — Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, por exemplo, é muito fácil. O resíduo difuso é mais complexo. Temos diversas experiências na Europa. Vemos que há algumas positivas e outras negativas. O modelo adotado no Brasil não prevê



inicialmente uma gerenciadora, mas prevê uma organização mínima para que isso aconteça. Ele está evoluindo. Acho que há pontos de vista diferentes. Creio que é uma boa discussão.

O Paulo falou da questão dos números da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais — ABRELPE, e do Compromisso Empresarial para Reciclagem — CEMPRE. O Carlos já explicou. Acho que o grande desafio é esse. Muitas vezes, os critérios são diferentes. O ideal seria que houvesse um dado oficial gerenciado pelo Governo Federal. Esse é o desafio que estamos buscando por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos — SINIR. Daí, sim, haverá um dado só e todos vão poder se basear por ele. Trata-se de um desafio.

A informalidade atrapalha muito ainda. Como eu mostrei desses dois fluxos que há hoje no Brasil, grande parte vem dessa informalidade. É muito difícil ter esses dados apurados e consistentes. Mas isso faz parte da evolução desse processo. No Amazonas, acontece o que eu falei. Há um grande desafio. Em Manaus, por exemplo, a questão dos resíduos é um grande desafio.

Acho que é um trabalho que demanda metas e comprometimento, um trabalho conjunto com os Municípios. Como eu falei, não é possível adequar a solução de um problema a outro. Por isso, a dificuldade de se fazer gestão num segmento que é tão diverso e amplo como embalagens em geral. O que talvez sirva para uma região não serve para outra.

Gostei de saber que a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro — vai fazer reciclagem dos vidros. A ABIVIDRO se manifestava dizendo que, a partir de cem quilômetros, ela não tinha viabilidade econômica de fazer isso, porque só há reciclador em São Paulo. Se ela vai providenciar isso, já é um grande avanço. É a dificuldade que temos.

Vimos aqui a questão do crédito presumido de IPI para compras de insumos para reciclagem. Esse projeto nasceu no Governo do Presidente Lula, depois, foi sancionado pela Presidente Dilma. Mas ele não funciona, porque deveria ser de compras de cooperativas. Por quê? Primeiro, porque a cooperativa, muitas vezes, não tem escala; segundo, que opera numa grande informalidade. Então, na



informalidade, não é possível usufruir do benefício: não há nota fiscal, não há nada. O mesmo ocorre quanto ao que mostrei do fluxo.

Hoje, grande parte do começo da nossa cadeia de reciclagem é informal. Não há pagamentos de tributos, não há condições de usufruir desses benefícios. Ou seja, temos que trabalhar a formalidade da cadeia. Como formalizamos isso? Diminuindo a quantidade de tributo, o número de elos. Portanto, há um grande desafio aí.

Quanto ao incentivo fiscal — foram feitas diversas perguntas relativas à iniciativa privada que já recicla há muitos anos e na qual não há incentivo —, é como eu falei, se não desonerarmos essa cadeia, não vai haver evolução na cadeia, não vai haver um setor reciclador eficaz e fortalecido no País. Mas, no atual momento, trabalhar a desoneração é muito complexo. Vamos ter que enfrentar isso assim por mais tempo, mas não podemos perder a desoneração de nossa mira.

Enfim, era isso que gostaria de deixar registrado. O acordo geral de embalagem vai terminar em novembro. Todas as metas serão atendidas. Vai ser um grande avanço nessa discussão de logística reversa. Vamos ter a oportunidade de discutir uma segunda fase com os ensinamentos, com os aprendizados que tivemos.

Torcemos, Zilda, que efetivamente esse decreto saia o quanto antes para que todos sejam incluídos nessa obrigação, porque realmente não é possível que somente um grupo pequeno de setores, de empresas, no caso de embalagem geral, tenha toda a responsabilidade pelas embalagens que são colocadas no mercado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, Victor.

Concedo a palavra ao Sr. João Carlos Redondo, Diretor do Departamento de Sustentabilidade da ABINEE, para responder às questões e fazer as considerações finais.

O SR. JOÃO CARLOS REDONDO - Quero agradecer ao Deputado Nilto Tatto, ao Deputado Carlos esta oportunidade.

Eu entendo que devemos fazer outros encontros, Deputados. Este é um assunto que tem que ser aprofundado. Existem vários dilemas que nós temos que aprender como sociedade. Respondo às duas questões que me couberam, quanto



às cooperativas e quanto à gestora. A gestora foi uma solução colaborativa do setor. É impossível atender a uma meta estruturante desse tamanho individualmente.

O setor é muito difuso. Os interesses comerciais, muitas vezes, se sobrepõem, mas quanto à solução da gestora houve consenso, de mais de 50 associados da ABINEE, que decidiram que era uma solução colaborativa, que fazia mais sentido, como os moldes usados na Europa, em que se compartilha custo e controle. Isso dá segurança jurídica também.

Para terem uma ideia, em termos de setor, quando há uma organização criada a partir da iniciativa da pessoa física, por meio de ONGs, coisas desse gênero, dificilmente alguém questiona esse tipo de organização. Conseguir-se instituir uma ONG, fazer com que ela entre em funcionamento rapidamente. A nossa gestora ficou de pé depois de 1 ano. Tivemos que consultar o CADE para saber se não existia uma ação do setor eletroeletrônico de controle, na área de gestora. Então, houve uma iniciativa do setor privado para se criar uma solução colaborativa.

Fizemos uma consulta ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, que, nos dias de hoje, custa 100 mil reais. E essa gestora, que ainda nem tinha saído do papel, já custava, só em consultas e processos burocráticos, mais de meio milhão de reais. Quando ela saiu do papel, já nasceu grande, com 11 empresas, compostas hoje pelos maiores fabricantes do setor. Inclusive, há um desafio grande de inserir a cadeia capilar, como os catadores e as cooperativas.

Fizemos um estudo junto ao Instituto Gea, de São Paulo, que tem essa relação muito próxima com as cooperativas, para conseguirmos estruturar um termo de compromisso quando houvesse o acerto de preços dos materiais, porque eles têm essa capilaridade, o acesso ao consumidor final na porta das casas.

Então, remunera-se um valor por “x”. Por “x” mais 10 centavos, ele vende para o “b”, para o sucateiro ou para uma pessoa mais informal. Então, é preciso ter constância nesse relacionamento. Existe um compromisso de longo prazo, um processo de gestão interna, de formalização dessas cooperativas.

Há associados que foram intimados pela Justiça do Trabalho, por vínculo empregatício, por danos morais, por problemas de periculosidade do material que estavam manipulando. Então, existe uma insegurança jurídica muito grande.



Está no radar, sim, estabelecermos esse relacionamento e incluirmos cooperativas e catadores no processo de captação dos materiais. E temos contado com o apoio da Universidade de São Paulo — USP e do Instituto Geo, para que nos ajudem nesse relacionamento.

Então, mais uma vez, agradeço esta oportunidade e coloco-me à disposição de todos para eventuais dúvidas.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado, João Carlos.

Com a palavra o senhor, por 1 minuto.

O SR. ALEXANDRE MESQUITA - Deputado, o meu nome é Alexandre Mesquita, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações — MCTIC, do Departamento de Inclusão Digital.

A título de informação, nós administramos uma política, via política de inclusão digital, em que temos hoje 10 centros de condicionamento de computadores. Somos responsáveis pela administração do reuso de uma política nacional de todo o descarte de equipamentos de informática em desuso.

Nós temos dialogado com o Ministério do Meio Ambiente — MMA, com a Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, para ver como podemos contribuir com a política de logística reversa e a economia circular.

Hoje, somos 10 centros espalhados no Brasil afora. O primeiro deles foi inaugurado em 2006, no Rio Grande do Sul, na região de Timbaúba, que tem o Índice de Desenvolvimento Urbano — IDH mais baixo de Porto Alegre — e eu acho que o Deputado conhece muito bem essa região. Só a título de informação para os pares, nós devemos ampliar essa rede para cerca de 20 unidades até o final do ano.

O Centro de Recondicionamento de Computadores ainda não é tão conhecido, mas eu gostaria de que a plenária ficasse conhecendo essa política que está em expansão no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Carlos Gomes, proponente do debate desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES - Obrigado, Sr. Presidente.



Em primeiro lugar, quero agradecer a todos que compõem a Mesa, que vieram debater e nos ensinar bastante sobre o tema, e fazer uma atualização de como anda a questão dos acordos setoriais e da logística reversa em cadeias distintas. Todas contribuem muito para o aumento da reciclagem no nosso País, que de fato é o que nos interessa.

Quero agradecer também a todos os que estão aqui presentes e que permaneceram até ao final. Quero também revelar a vocês a minha alegria de olhar daqui e ver todos no mesmo ambiente, discutindo algo importante economicamente para o nosso País, socialmente pela geração de emprego, na luta pela redução dos impactos ambientais.

Aqui há representantes do Movimento Nacional de Catadores; aqui há representantes das empresas; aqui há a CNI; aqui há representante da Braskem. Isto para nós é muito satisfatório: conseguir juntar os atores de todas as esferas da indústria. Queremos envolver os da CNC — Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, ainda mais do comércio, e também da sociedade civil.

Eu acredito que já estou na sexta audiência pública, Ronei. A primeira foi com os catadores, cooperativas, indústria, orgânico e, agora, logística reversa. O próximo — até falei aqui para a Dra. Zilda — encontro será sobre a questão dos resíduos de demolição e construção. Esse é outro grande desperdício que causa indignação. Aqui e acolá, vê-se alguma usina de beneficiamento para voltar todo esse material para a construção civil, o que está sendo um problema para os Municípios, um problema ambiental, um problema, um problema e um problema. O próximo vai ser sobre isso. Já falei para organizar o nosso encontro para tratar do resíduo de demolição e construção.

Fizeram-me uma pergunta: *“quando nós efetivamente teremos incentivos para essas cadeias?”* Em todas essas audiências públicas que nós fizemos através da Comissão de Meio Ambiente, da qual sou Vice-Presidente, a convite do nosso Presidente Nilto Tatto — o que me orgulha muito —, nós já tivemos várias ações, identificamos vários problemas e também várias soluções, já tivemos conversas com vários Ministérios, e temos conversas em aberto para começar a fechá-las, também com o Presidente Paulo Rabello de Castro, do BNDES.



Uso o cargo de Deputado para chegar a essas pessoas, mas, para pedir, eu peço em nome do catador que sou, Ronei. Eu sempre uso isso. Em nome de um catador que está na sua frente, Sr. Presidente, e começo a passar para eles os números do que o Brasil gera a partir dos dados da ABRELPE e do CEMPRE. O que nós geramos de resíduos, o que reciclamos, o que os 3% ou quase 3% que reciclamos geram de recurso no Brasil e a quantidade indo para o aterro.

O Presidente disse: *“olhe, Deputado, isso me sensibiliza, me comove, eu gostaria de visitar a Estrutural com o senhor antes de fechar, porque, a partir de então, eu posso liberar financiamento já com esse viés, cobrando dessas pessoas o que estão pensando para a reciclagem”*. Então, nós vamos marcar.

E nós pedimos a ele já começar a estudar uma linha de financiamento. Se chegar basicamente, Wanderley, aos patamares de financiamentos para a agricultura, já é um grande avanço.

E, agora, aprovamos uma nova lei para o Governo subsidiar uma parte, porque é uma economia estúpida, por falta de compreensão exata do Governo do que isso pode gerar na economia do País.

O Bicca, ou outra pessoa, disse que na Alemanha a reciclagem é a quarta atividade econômica. São 70 bilhões de euros. Na Alemanha, é a quarta atividade econômica. Eu perguntei ao Ministro na Alemanha: *“Isso é verdade?”* Ele falou: *“É verdade”*. E o que vai para o aterro é menos de 2%. Dá vontade de chorar!

Então, quando eu falo isso, e eu falei para o Presidente da República e para o Presidente do BNDES, eles ficaram me olhando: *“Deputado, o que eu devo fazer?”*

Eu estive no CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária para tentar unificar as alíquotas de ICMS, por causa da guerra fiscal, e eu fiquei surpreso, porque Brasília reduziu para 1% o ICMS. E os outros Estados? A guerra fiscal é muito grande.

Eu estou falando de lixo, minha gente! É tributação de lixo! Quem esteve na Estrutural sabe a quantidade de pessoas que está lá separando diariamente lixo. Para nós, prensando, é matéria-prima, mas, na hora de jogar em cima do caminhão para ir para a indústria, tem-se que emitir uma nota de ICMS, como se fosse matéria-prima virgem. É uma vergonha!



Eu já até conversei com o Wanderley hoje. O CONFAZ me pediu uma proposta. Quer seja de 1%, quer seja de 3%, quer seja de 4%, já está de bom tamanho para toda a cadeia. Eu digo toda a cadeia: quer seja sucata de ferro, quer seja metal, tudo. Nós estamos colocando resíduos pelo ladrão literalmente, sem contar, Carlos, com os vazadouros. Fora os lixões, há os vazadouros. Não há lugar que você olhe e não veja lixo. Saia do eixo, dos centros, e vá ao subúrbio: é lixo, foco de lixo, em todas as cidades do nosso País. Isso me corta! Isso me dói!

Então, eu chego como Deputado, mas peço como catador: *“Eu gostaria que o senhor me atendesse como um catador que carregou saco nas costas, ficou malcheiroso e conseguiu chegar a esta Casa”*.

Por isso, nós temos obtido atenção de vários setores. O Wanderley disse: *“Deputado, eu me comprometo a elaborar a proposta dentro do formato que só eles entendem. A linguagem tributária é muito específica”*.

E o Chefe de Gabinete do Ministro disse: *“Deputado, o senhor me entrega a proposta, que nós vamos lutar para trabalhar isso”*. Eu já falei com o nosso Secretário da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, que se comprometeu em nos ajudar. Eu não encontro resistência. Mas por que a coisa não anda? Talvez, falte isto aqui: o catador, a indústria, o comércio, todos darem as mãos e começarem a remar para o mesmo lado.

Eu só estou esperando a formatação dessa proposta, para ir defender isso no CONFAZ. O Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços está à disposição para nos ajudar com peso, uma vez que ele também é a parte do Conselho Regional dos Representantes Comerciais — CORE. Ele também disse: *“Eu estou disposto! A minha parte, eu vou fazer”*.

Então, nós estamos movendo, como dizem, os aguapés. Enquanto não começar a andar efetivamente, nós não podemos parar nem desviar o nosso foco. É uma missão de ver esse setor no Brasil, Bicca, ser uma potência de que todos possam se orgulhar, bater no peito e dizer assim: *“Eu sou da reciclagem. Eu sou do setor que recicla. Eu sou da indústria que recicla. Eu sou do comércio e ajudo na reciclagem”*.

Para concluir, meu Presidente, eu penso que, a partir de agora, enquanto cidadãos, nós temos que forçar a barra. Se eu comprei as minhas lâmpadas no



Lampião, lá na Assis Brasil, eu não vou mais separá-las em sacolinhas e colocá-las no meu prédio. Eu vou devolver lá: *“Olhe, isso aqui é uma lei da logística reversa. O senhor tem que dar destinação a isso, porque eu comprei aqui”*.

(Não identificado) - Já há ponto de coleta lá.

O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES - Sim, há ponto de coleta.

A mesma coisa precisa acontecer com as pilhas. Nós temos que começar a ajudar o setor público fazendo a nossa parte.

Já também conversei com o Banco do Brasil aqui em Brasília sobre a questão de linha de financiamento. Um dos Vice-Presidentes se comprometeu em nos ajudar. Ainda não falei com a Caixa Econômica. Nós estamos avançando passo a passo, que pode não ser muito comprido, mas é firme.

Eu tenho certeza, meus amigos, da ajuda de todos vocês, ainda que tenhamos que derrubar tijolo por tijolo dessa muralha que está na frente. O importante é derrubar.

Então, eu quero de fato dizer da alegria que sentimos pelo apoio que temos recebido na Comissão, na Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia Produtiva da Reciclagem. Eu sou um entusiasta desse setor. Eu amo estar aqui, trabalhar por isso e lutar por isso.

Vamos dar as mãos. Com certeza, é difícil, como foi dito. Não é fácil. Mas eu concluo com uma frase que eu ouvi: disseram que dificuldade é tudo aquilo que você olha quando tira os olhos dos seus objetivos.

Então, o meu foco é desenvolver o nosso setor. Vamos trabalhar juntos até o final. Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Antes de encerrar, eu também quero dizer algumas palavras. Primeiro, quero parabenizar, mais uma vez, o Deputado Carlos Gomes, por quem tenho uma admiração muito grande pela militância nessa área e pela sua atuação aqui na Comissão de Meio Ambiente, bem como em outros temas. Quero agradecer a todos os convidados e parabenizá-los pelo conteúdo que percebemos no debate hoje: Victor, Carlos Roberto, Zilda, Márcio Fernando, João Carlos. Quero dizer o quanto foi rico de informação, de conteúdo, de sugestões do ponto de vista de políticas públicas, de uma análise precisa desse campo.



Ao olhar também o conjunto de informações, queria levantar uma questão que também precisa aparecer neste debate, já que de certa forma ele permeou um pouco essa questão. Trata-se de um debate sério que precisa ser realizado na sociedade. Quando vemos o volume de lixo que produzimos, precisamos debater o que será reciclado e para onde vai. Mas o volume de lixo que produzimos é insustentável para o planeta.

Então temos que realizar um debate sério. Cada um de nós tem que se conscientizar de que esse modelo de consumo não é sustentável para o planeta como um todo. Esse é o debate, já que a lógica que nos move no dia a dia nos faz consumir cada vez mais e cada vez mais descartar, sem saber para onde vai esse descarte. Por isso é importante debatermos a questão do pagamento de uma conta por quem produz resíduo. Às vezes a educação vem pelo bolso. Precisamos fazer o enfrentamento desse debate, até porque estamos num país em que o imposto é cobrado principalmente do consumidor, no consumo, estamos num país muito desigual do ponto de vista de cobrança dos impostos: aquele que ganha menos do que o salário mínimo paga mais imposto, proporcionalmente, do que os mais ricos. Precisamos criar mecanismos para discutir consumo e a própria distribuição de renda.

Estou preocupado com este momento e com esta conjuntura que estamos vivendo. Aqui foi citado o esforço feito, por exemplo, no Município de São Paulo. O Prefeito Fernando Haddad tinha como meta reciclar 11%, construiu espaço para isso, criou políticas para isso, criou política de remuneração inclusive. Essa é uma luta antiga. Estou dizendo isso porque me relaciono em São Paulo com cooperativa de catadores. Há uma reivindicação antiga do movimento nacional o reconhecimento pelo serviço prestado à sociedade não só na renda daquilo que recolhe. Em São Paulo, por exemplo, a discussão sobre essa política está paralisada. É importante saber disso. Implementou-se um programa chamado São Paulo Cidade Linda no centro expandido de São Paulo. Há o centro de São Paulo, as zonas de classe média alta no entorno do centro e, depois, a periferia nos extremos da cidade. Então há esse programa Cidade Linda até onde é considerado como cidade, que é o centro expandido, o centro e o seu entorno. E a maioria das cooperativas de catadores, inclusive, estão sediadas onde vive a população que mora na periferia, a



não ser nos cortiços e em outros lugares no centro da cidade. Toda essa política foi interrompida por lá.

Também tenho uma preocupação quanto ao orçamento, por exemplo, da área de qualidade ambiental, da qual a Zilda é Diretora. Foi falado aqui da redução drástica do orçamento, especificamente na reciclagem. Toda a Secretaria vai ter uma redução — pelo fato de passar de 58 bilhões de reais para 124 bilhões de reais — de 55% no orçamento. Isso quer dizer que não haverá mais política nenhuma nessa área.

O poder público tem o papel de canalizar isso e também pensar em outra questão que foi muito bem levantada aqui. O Deputado Carlos Gomes fez bastante ênfase ao exemplo da Alemanha. Nós temos que fazer um debate hoje levando em consideração a questão de mudanças climáticas, para saber como é que se fomentam cadeias produtivas de baixa emissão de carbono. E essa cadeia de reciclagem contribui decisivamente com a nossa Política Nacional e com os nossos compromissos internacionais, do ponto de vista de redução de emissão de gases de efeito estufa, haja vista o quanto esses lixões, a céu aberto, emitem de gases, em torno de 5% do total.

Portanto, nós podemos contribuir muito por meio da reciclagem.

Eu quero inclusive aproveitar a presença dos vários atores que estão aqui no debate para informar que um grupo de Parlamentares desta Comissão irá à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que se realizará em Bonn, de 5 a 17 de novembro. Essa conferência abre espaço para debatermos na mídia os grandes temas ambientais ou socioambientais. Se o Nelci ou vocês puderem estar presentes à conferência, para provocarmos debates como este, aproveitando, inclusive, experiências de outros países, como foi citado aqui; enfim, aproveitar a Convenção do Clima para enriquecer esse debate.

Fico muito feliz de estar presidindo este debate, como já disse, muito rico, pelas contribuições que tivemos dos expositores que vieram aqui. O que me preocupa nessa conjuntura é a redução drástica de orçamento nessa área.

Para encerrar, talvez até em homenagem ao Paulo, que está lançando um livro sobre resíduos na Amazônia, lembro que nós estamos comemorando hoje o Dia da Amazônia. Além da preocupação que citei, preocupa-me também, como



Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o cerco que há hoje em cima dos recursos naturais no Brasil, como aconteceu recentemente no caso da RENCA — Reserva Nacional do Cobre e Associados, dessa reserva natural. Essa lógica não é a lógica da reciclagem, é a lógica de se apropriar e explorar o máximo os recursos naturais independentemente de eles serem finitos ou não, sem pensar que às vezes precisamos ter reservas inclusive para as futuras gerações. É a lógica de que se precisa, explorar, produzir o máximo, consumir o máximo, o mais rápido possível, no intuito de se fazer acumulação. Essa lógica é completamente contrária ao que permeou o nosso debate hoje aqui. Ao mesmo tempo, nós passamos por um período de cerco para cima das unidades de conservação, de cerco para cima dos direitos de populações parceiras da conservação da Amazônia, como as populações indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, extrativistas, e a tentativa de se acabar com esses direitos, acabar com os direitos dessas populações, acabar com as unidades de conservação, apropriar-se rapidamente dos recursos naturais e destruir aquilo que é hoje 80% ainda de floresta em 60% do território brasileiro, que é o território da Amazônia. Este tem o papel fundamental de regular inclusive o clima, a chuva de todo o restante do País. A chuva que cai aqui, a chuva que cai em São Paulo, no Mato Grosso, em Goiás, tem a ver com a umidade que os ventos trazem beirando os Andes e que vai para o sul do continente e que, depois, sobe. Portanto, estamos colocando em risco a Amazônia, que não é fundamental só para os amazônidas, ela é fundamental para toda a sociedade brasileira e para toda a humanidade.

Eu queria encerrar fazendo uma homenagem ao Dia do Amazonas e, mais uma vez, uma homenagem a todos os recicladores, que estão nessa luta por um mundo mais sustentável.

Parabéns, Deputado Carlos Gomes! Obrigado a cada um que participou desta audiência pública.

O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES - Presidente, quero só rapidamente informar aos presentes que, quando eu fiz a pergunta ao Ministro do Meio Ambiente da Alemanha, quem fez a tradução em inglês para mim foi o Carlos, que estava do lado. Eu não menti sozinho. *(Risos.) (Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Essa foi boa. *(Riso.)* A partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão à disposição dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente na Internet, no *link* Audiências Públicas.

Agradeço a presença dos convidados, Parlamentares e demais presentes, assim como a participação dos internautas.

Boa noite, senhoras e senhores.

Declaro encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*